



ACÇÃO SOCIALISTA

ESPECIAL
MOÇÕES AO CONGRESSO
DE SETEMBRO

XVIII CONGRESSO NACIONAL

9, 10 e 11 de Setembro 2011

XVIII CONGRESSO NACIONAL



O NOVO CICLO PARA CUMPRIR PORTUGAL

Moção Política de Orientação Nacional

Primeiro Subscritor

António José Seguro

MOÇÃO A

O Novo Ciclo para Cumprir Portugal

PRIMEIRO SUBSCRITOR: ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos”.

FERNANDO TEIXEIRA ANDRADE

INTRODUÇÃO

Abriu-se um ciclo político no País e também no PS. Um Partido como o nosso tem responsabilidades históricas na vida nacional.

Em momentos decisivos, como na opção pelo regime democrático contra tentações de inspiração totalitária, pouco depois do 25 de Abril, ou quando o País optou pela plena integração na Europa comunitária, na década de oitenta, o PS desempenhou um papel decisivo porque soube interpretar correctamente a história, os interesses e os anseios dos portugueses.

Num momento tão difícil para Portugal, e numa fase tão crítica para a própria Europa, como acontece actualmente, o PS tem que estar à altura da história e dar o seu contributo sólido, convicto e responsável.

Mas, para isso tem que mudar, e muito. Não nos seus valores fundacionais, mas mudar no seu funcionamento e organização para ser capaz de produzir um pensamento e uma acção à altura da complexidade do mundo actual.

Uma das mudanças mais profundas que ocorreram nas últimas décadas está no acesso mais generalizado dos cidadãos à informação e ao conhecimento, o que os torna mais exigentes e ambiciosos na busca da felicidade e bem-estar material, por um lado, e mais escrutinadores da acção política por outro. Por isso, a política do futuro exige a participação cada vez maior das pessoas, e, consequentemente, a sua mobilização, o que não se consegue com práticas políticas obsoletas ou até desprestigiadas, ou formas primitivas de estar na política.

Se a queda do Muro de Berlim marca simbolicamente o fim de uma experiência política, social e económica, falhada, com base na antiga União Soviética, e simboliza o triunfo pleno da economia de mercado, a crise mundial actual representa o primeiro grande falhanço da globalização económica de inspiração liberal, que se desenvolveu de forma caótica, imoral, desequilibrada e insustentável do ponto de vista social, económico e ambiental.

Mas este falhanço não deixou de, em certos momentos, ter a colaboração ou omissão das forças progressistas, de alguma forma deslumbradas com a economia de mercado e que haviam encarado a queda do Muro de Berlim como o “fim da história e das ideologias”.

Isto significa apenas que o mundo evoluiu de forma a exigir uma acção política mais complexa e exigente do que se supunha no seio de alguma esquerda.

Por esta razão, o PS tem que estar à altura de dar o seu contributo conjuntamente com as forças progressistas da Europa e do Mundo, para a regulação da globalização, para a manutenção da paz e para a preservação do planeta que deixaremos às futuras gerações.

Como se compreende, este PS renovado não se alcança apenas com a eleição de uma nova liderança, de novos órgãos políticos, e a substituição de alguns protagonistas.

Esse PS só pode surgir do contributo de todos os militantes e simpatizantes, de um processo de abertura à sociedade e do contributo dos sectores mais dinâmicos da economia, da cultura e da sociedade portuguesas.

Esta Moção não é um produto final, elaborada por um pequeno grupo, e pronta a servir aos militantes. Aqui se faz sentir já um Novo Ciclo. Esta é uma moção redigida com base nos contributos de centenas de militantes, e indica o caminho que desejamos percorrer todos juntos. Só juntos poderemos ir longe.

Esta Moção é um testemunho da confiança que temos na capacidade dos militantes, dos portugueses.

Ninguém tem dúvidas, e desse facto se devem retirar as ilações adequadas, de que os portugueses constituem um dos povos do mundo com maior capacidade de adaptação e mudança perante os novos desafios. Não é por acaso que cerca de cinco milhões de compatriotas nossos vivem espalhados pelo mundo, integrados em novas realidades lutando por uma vida melhor.

O PS construirá e apresentará propostas que contribuam para enfrentar os problemas nacionais e que transformem a presente crise num desafio ultrapassável, que mobilizem os portugueses não os deixando cair no desespero e na descrença. Desta forma o PS voltará a credibilizar-se junto dos portugueses e será uma alternativa de governo.

É esse caminho que agora iniciamos, com convicção e confiança, e para o qual o PS conta consigo.

A Moção que se segue é o primeiro passo para a construção de um PS mais moderno, mais capaz e mais credível.

O Novo Ciclo para Cumprir Portugal

O Novo Ciclo tem a ver consigo. Diz-lhe respeito.

O Novo Ciclo dirige-se a si, a todos os militantes, simpatizantes e votantes do PS. Dirige-se às pessoas. Tem as pessoas no centro da acção política. As pessoas são a razão da nossa acção política.

O Novo Ciclo dirige-se aos trabalhadores, aos empreendedores, aos inovadores, aos criadores e aos cidadãos activos. Mas também aos desprotegidos e aos desiludidos. Dirige-se às mulheres, aos homens,

aos jovens e aos idosos. Dirige-se a todos e a cada um. Dirige-se a quem não se resigna. A quem conserva o sonho de construir um Portugal competitivo, mais solidário e mais feliz.

O Novo Ciclo é, antes de mais, uma vontade e uma ambição.

De muitas pessoas que gostariam de ter um Portugal diferente.

De muitos militantes do PS que partilham o mesmo sonho e aspiram uma sociedade mais livre, justa e coesa.

De muitos portugueses que querem exercer de modo livre a sua cidadania.

Apela a todos os que desejam participar num processo de mudança que tem como base os nossos valores. Nesse sentido, é um projecto abrangente e que promove o PS como uma plataforma aberta, em ligação permanente com a sociedade.

O PS como uma plataforma dinâmica, activa e de todos.

Um espaço de partilha, discussão e de acção.

Chegou o tempo. O tempo para renovar. Para ousar. Para desafiar. Para construir.

O novo ciclo é uma nova forma de fazer política para cumprir Portugal, com as pessoas e para as pessoas.

Temos uma ideia clara do Portugal que queremos.

Um Portugal moderno, competitivo, progressista, sustentável, coeso, solidário e aberto ao mundo.

Sabemos o Portugal que queremos. Temos valores fortes. Temos um sonho. Uma ambição. E uma enorme vontade.

Em primeiro lugar, **assumimos um compromisso**: o do exemplo. Agir na política com valores éticos, com transparência e com responsabilidade. Colocando o interesse nacional acima de interesses partidários, sectoriais ou pessoais. Estamos na política para servir. E a primeira responsabilidade do PS é servir PORTUGAL.

Em segundo lugar, **buscamos o envolvimento das pessoas**. Queremos fazer política com as pessoas e para as pessoas. A participação e o envolvimento das pessoas determinam o êxito das propostas políticas. Só um projecto mobilizador do melhor que há em cada um de nós pode gerar um horizonte de esperança.

Afirmar Portugal enquanto país moderno, competitivo e socialmente justo é uma ambição que queremos concretizar. Contamos com a energia e a determinação dos portugueses.

Queremos um Portugal participado por todos, onde cada pessoa se sinta e possa ser protagonista do Futuro.

Um Portugal para todos os que têm esperança. Um Portugal para todos os que querem e lutam por um trabalho digno. Um Portugal com oportunidades para os jovens, onde estes se possam qualificar e trabalhar. Um Portugal de gente que trabalha e dá, todos os dias, o melhor do seu esforço. Um Portugal de gente ambiciosa, que não se contenta com o seu passado glorioso. Um Portugal de cidadãos activos, empenhados, autores do futuro da sua terra e do seu país.

Um Portugal onde possamos voltar a sonhar e, sobretudo, onde tenhamos o direito de lutar para concretizar o nosso sonho. E o nosso sonho é cumprir Portugal!

Isto diz-lhe respeito.

Portugal precisa de si. Portugal chama por si!

1. Uma nova forma de fazer política

Colocar a ética e a transparência como matriz do nosso comportamento.

A liberdade de pensar sem constrangimentos.

A liberdade de decidir apenas e só em função do bem comum.

A liberdade de assumir um projecto envolvente, de todos e para todos. Assumir as virtudes da diferença e do debate de ideias. Incentivar a crítica construtiva e disponibilidade permanente para ouvir. Dentro e fora do PS. Próximo dos militantes e numa relação franca com as várias instituições e organizações da sociedade.

A participação como instrumento essencial da vivência democrática.

Assumir uma nova cultura de responsabilidade. Onde a relação entre o Estado e os cidadãos seja norteada pela confiança e não, como até aqui, baseada na desconfiança mútua.

Com uma atitude positiva e activa para melhorar Portugal.

Uma postura cooperante para a procura das melhores soluções para Portugal.

Ideias e propostas para dar esperança aos milhares de jovens.

Empenho e determinação para a urgência de crescimento económico e emprego. Sempre na procura de um Portugal mais desenvolvido, coeso e com justiça social.

A política não é um jogo. A política não serve para ganhar dinheiro. A política é o motor da transformação social e da ambição de um futuro melhor. Os políticos devem exercer os respectivos mandatos com total transparência. Adoptaremos um **Código de Ética** para o exercício dos cargos partidários e para os cargos públicos. Queremos separar o trigo do joio.

1.1. Uma nova forma de fazer política em Portugal

O País está numa situação nova e complexa, o que exige uma nova maneira de fazer oposição.

Seremos uma oposição responsável, porque uma decisão menos reflectida pode agravar significativamente a situação do País.

Assumiremos uma oposição construtiva, positiva e uma cooperação sadia com o Governo nos assuntos estruturantes para a afirmação de Portugal no Mundo e para o cumprimento dos nossos compromissos internacionais, num quadro de clarificação ideológica e separação de modelos e visões para Portugal, rejeitando a sujeição dos valores humanistas e da dignidade das pessoas aos caprichos dos mercados.

O PS não deve nem pode abdicar dos seus valores fundadores, que definem a sua identidade e o seu espaço na sociedade e na economia portuguesas, e que têm marcado a política portuguesa mesmo antes de vivermos em Democracia. Afirmaremos em cada momento o nosso pensamento estratégico.

Temos que deixar como herança para as gerações futuras um País mais próspero, com mais riqueza para distribuir e com condições de crescimento sustentável, mas não podemos deixar que isso seja argumento para que se acentuem as desigualdades sociais e que a igualdade de oportunidades seja posta em causa, tal como não podemos abandonar os mais desfavorecidos, que são quem corre o risco de mais sofrer com o processo de ajustamento que estamos atravessar.

O PS é, hoje, por vontade dos portugueses, um partido de oposição. Mas há formas e formas de se ser oposição. Seremos oposição construtiva, positiva, equilibrada entre aquilo que concede e aquilo que exige; cooperante, mas atenta à acção do Governo e aos sacrifícios que se exigem aos portugueses. Os sacrifícios devem ter um sentido político e ser partilhados de forma equitativa, promovendo a diminuição das desigualdades sociais e valorizando a dignidade das pessoas. Há um núcleo de direitos fundamentais que deve ser garantido aos portugueses como condição essencial da comunidade inclusiva que defendemos.

Uma comunidade que respeite a diferença e que promova, com naturalidade, a igualdade efectiva entre homens e mulheres. Um país que se orgulhe dos avanços civilizacionais promovidos e realizados pelo PS, de onde se destaca a despenalização da prática da interrupção voluntária da gravidez e o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Um país solidário com as futuras gerações utilizando os recursos de forma racional e não egoísta.

A nossa responsabilidade é transmitir às futuras gerações de portugueses um país melhor e mais desenvolvido do que aquele que a nossa geração recebeu.

Assim, a acção política do PS é e será definido por três palavras:

Responsabilidade, contribuindo de forma activa para resolver os problemas que enfrentamos, na formação dos consensos que verdadeiramente defendam o interesse nacional e criem condições sustentáveis de melhoria das condições de vida dos portugueses;

Solidariedade, na partilha de sacrifícios aos portugueses e na defesa, também, da equidade entre gerações, como forma de não pôr em causa a coesão social nem comprometer o futuro;

Modernidade, como forma de reforçar a nossa capacidade competitiva, elevando a produtividade do trabalho e criando condições para o aumento sustentável dos salários e do nível de vida das pessoas.

Os órgãos de soberania sabem com o que contam. Contam com um PS responsável, disponível para ajudar a resolver os problemas do país e firme na afirmação dos seus valores matriciais.

Também aqui apostamos num novo ciclo. Desejamos uma relação sã com o Governo. Não enveredaremos pelo bota-abaxio, nem pelo discurso negativista. Oxalá os restantes partidos o saibam compreender e se abram, sem tabus, a novos diálogos e compromissos. A cultura do compromisso, em nome do interesse nacional, fiéis aos nossos valores substituirá a velha política, baseada na retórica vazia da clivagem partidária. Afirmaremos as nossas diferenças pela substância e pelo mérito de quem põe Portugal em primeiro lugar.

Urge ultrapassar as dificuldades. Queremos fazer parte da solução e não do problema. Mas, queremos clarificar: somos o principal partido da oposição.

Ao mesmo tempo, avançaremos com propostas em coerência com os nossos valores e **desenvolveremos de forma consistente e participada uma alternativa política válida**. Apostaremos na participação activa dos cidadãos.

O PS não ficará à espera que o Governo caia de podre. O rotativismo não resolve os problemas do país. Somos alternativa. **A nossa ambição é elaborar uma proposta política que conquiste, de novo, a confiança e o entusiasmo dos portugueses.**

Outro dos nossos eixos prioritários da acção política será **o combate à corrupção**.

A corrupção é inimiga do Estado de Direito e está a enfraquecer o nosso regime democrático, apresentando-se como um fenómeno que ultrapassa em muito a esfera da actuação pública, sendo transversal a toda a sociedade portuguesa e, por isso, constituindo-se como uma séria ameaça para o desenvolvimento económico sustentável.

O Partido Socialista terá um papel determinante neste domínio, comprometendo-se a ampliar a sua capacidade de intervenção e apresentação de medidas e soluções que permitam gerar resultados efectivos na dissuasão da corrupção.

O esforço de combate à corrupção e de credibilização da actividade política não podem ser bem sucedidos se não emprendermos uma mudança na forma como convivemos com a informação pública, com a gestão do interesse público, com os contratos outorgados por entidades públicas ou com quaisquer outros actos públicos.

A **transparência** é o necessário corolário dessa mudança. Só assim poderá haver responsabilização dos agentes políticos. Só assim será possível individualizar aqueles que, por força de um sistema opaco, contribuem para criar uma imagem de suspeição generalizada sobre a vida pública, colocando os respectivos interesses individuais à frente da causa pública.

A abertura e transparência do Estado e demais entidades públicas a um amplo escrutínio público deve igualmente estender-se aos partidos porque estes continuam a ser os pilares essenciais do funcionamento do Estado de Direito democrático. Iremos, por isso, alargar a transparência externa e interna das actividades do Partido Socialista num sinal de amadurecimento da vida partidária no seio da sociedade.

O PS participará na busca de consensos alargados para a definição de regras de transparência, registo e âmbito da actividade de lobbies.

Temos consciência que prevalece na sociedade portuguesa um sentimento de desconforto em relação a alguns **pilares estruturantes do regime democrático**.

O nosso regime democrático padece de graves problemas na justiça e no sistema político. Desde 1974 que temos sido incapazes de aperfeiçoar estes dois sistemas fundamentais do Estado de Direito Democrático. Assumimos responsabilidades partilhadas no que foi feito e no que ficou por fazer nestes domínios. Mas há uma urgência na mudança. Mudar profundamente.

Na oposição, o PS deve dar uma contribuição coerente e qualificada para que o programa de reformas visando **a melhoria da eficiência operacional da Justiça** seja executado com êxito e nos prazos previstos de forma a combater a morosidade processual, eliminar pendências e assegurar de forma efectiva e atempada o cumprimento

de contratos, regras da concorrência e demais obrigações legais, tanto através da reestruturação do sistema judicial e adopção de novos modelos de gestão dos tribunais, como aprofundando a **aposta nos mecanismos extra-judiciais de resolução de conflitos**.

O PS dará o seu apoio a essas e a outras medidas que contribuam para uma Justiça mais simples e desburocratizada, mais célere, mais acessível, mais transparente e previsível, que assegure o cumprimento eficaz das obrigações, permita o funcionamento eficaz da economia e a protecção dos direitos fundamentais.

A aposta na criação de mecanismos de reforço da eficiência operacional da justiça deve ser prosseguida e enraizada, no contexto do alargamento a todo o território do novo modelo de organização judiciária, com novos instrumentos de gestão que permitam garantir uma adequada organização do trabalho e a modernização do parque judiciário.

Essencial, num contexto de crise, é a **redução dos custos de contexto**, facilitando a vida dos empreendedores, simplificando a vida das empresas, consolidando a vasta oferta de serviços electrónicos na área dos registos (como a Empresa na Hora) e soluções de balcão único (como o Casa Pronta) e incrementando a utilização dos serviços de registo on-line, designadamente no que respeita aos que passem pela utilização do Cartão de Cidadão.

O PS bater-se-á para que **a reforma processual e a reorganização judiciária assegurem que os cidadãos e as empresas possam prever os prazos de decisão dos diferentes tribunais e as audiências e diligências se realizem de forma organizada e com tempos de espera pré-conhecidos**.

A aposta nos meios de resolução alternativa de litígios é um grande objectivo nacional, nomeadamente em áreas como a cobrança de dívidas e os litígios em matéria tributária, intensificando os serviços de mediação familiar, laboral e penal e alargando a rede dos julgados de paz.

O início da legislatura é o bom momento para desencadear um processo participado do qual resulte a **revisão da lei eleitoral para a Assembleia da República**, salvaguardando os princípios da proporcionalidade. A futura legislação deve reforçar a governabilidade e representação. Os eleitores devem poder escolher o seu deputado, saber quem é e poder contactá-lo ao longo do mandato. Estes são os princípios orientadores da nossa proposta, manifestando abertura para se encontrarem as melhores soluções, as quais podem ser conseguidas através da criação de círculos eleitorais de menor dimensão ou de círculos uninominais, neste caso com a criação de um círculo nacional que garanta a proporcionalidade. **Aproximar os eleitos dos eleitores é uma das nossas prioridades**.

É nossa convicção que esta alteração da lei eleitoral promoverá a participação eleitoral e contribuirá para promover a reconciliação de milhares de portugueses com a política. No mesmo sentido, tomaremos a iniciativa de consagrar o uso do voto electrónico e do voto em mobilidade para que os eleitores possam proceder ao exercício do sufrágio em qualquer secção de voto.

Avançaremos igualmente com a **alteração do sistema de governo das autarquias locais**, de modo a assegurar a formação de executivos municipais homogéneos, mais coerentes e eficazes, e, simultaneamente, uma democracia local mais efectiva, designadamente através do reforço das competências das assembleias municipais. Assim ficará claro quem governa e quem fiscaliza. Clarificação de funções, verdade eleitoral e transparência serão os princípios orientadores da nossa proposta, elaborada em diálogo permanente com os autarcas socialistas e a ANA/PS.

Pela nossa parte, tudo faremos para que as próximas eleições autárquicas (2013) e legislativas (2015) ocorram no quadro de novas leis eleitorais.

Na legislatura que agora se inicia, a Assembleia da República estará em condições de exercer os seus poderes de revisão constitucional. Sendo **favorável à estabilidade do conjunto do texto constitucional**, o PS retomará, no momento próprio, as contribuições que preparou e apresentou em 2010, participando no diálogo interpartidário necessário à aprovação de alterações à Lei Fundamental. O PS não viabilizará, todavia, quaisquer propostas que descaracterizem a matriz constitucional do nosso Estado de bem-estar.

As palavras estão gastas. As pessoas estão carentes de atitudes. Só através do exemplo poderemos reconquistar a confiança dos portugueses. Credibilizar a política e os políticos é uma das nossas preocupações centrais.

Nesse sentido devemos começar por nós próprios. Pela nossa casa. Pelo PS. Tratando bem os militantes e respeitando as suas ideias, ouvindo-os!

1.2. Uma nova forma de fazer política no Partido Socialista

Um Partido aberto a 360º. Um Partido aberto a 360º para dentro e para fora.

Para dentro, reforçando a democracia participativa (aumentando os direitos dos militantes), o envolvimento dos militantes e simpatizantes e a aposta na formação e no debate; apostando na transparência e na modernização das suas estruturas.

Para fora, apostando num Partido que deve abrir-se aos simpatizantes, aos novos movimentos de cidadãos, às redes sociais e às plataformas digitais. Um Partido que deve assegurar uma maior proximidade com os cidadãos (e nomeadamente dos Deputados com os eleitores). Um PS que apostará numa maior abertura e melhor participação, devolvendo o espaço nevrálgico da sua acção aos seus militantes e simpatizantes.

Assumimos uma **nova cultura de participação democrática**. Aprofundaremos a vida democrática interna, respeitando as normas estatutárias e garantindo que os órgãos reúnam com a periodicidade estabelecida e com o tempo necessário ao debate. As reuniões esporádicas e breves dos órgãos nacionais têm os dias contados. Também aqui inovaremos, dando aos órgãos nacionais a dignidade da preparação das nossas posições políticas. **As reuniões dos órgãos nacionais funcionarão segundo novos métodos e novas exigências.** No mesmo sentido, **os órgãos nacionais do PS passarão a reunir em várias regiões do país e não apenas em Lisboa.** Utilizaremos um critério político para a escolha dos locais de reunião, em articulação com as respectivas federações, com o PS/Açores, com o PS/Madeira e concelhias. Um PS mobilizado tem que contar com os militantes e com os seus órgãos representativos.

Promoveremos numa **Liderança colegial** capaz de ouvir para depois decidir. Fomentaremos o pluralismo no debate e a unidade na acção. Mais e melhor debate são necessários para reforçar a nossa capacidade de intervenção e de acção. Dar voz a cada um dos militantes. Mobilizar os militantes que se inscreveram e que nunca foram chamados a dar o seu contributo político. A riqueza do PS está nos seus militantes e simpatizantes. Respeitar e envolver as pessoas na sua diversidade e pluralidade começará dentro do nosso espaço político. Cuidar das pessoas deve começar por nós próprios. A diferença de opiniões soma e fortalece o PS.

O novo ciclo está virado para o futuro. Mas não deixaremos de aprender com os erros do passado. Sobretudo é necessário revitalizar o PS com base numa plataforma alargada para a construção da alternativa política.

Realizaremos **plenários de militantes em todas as federações**. Ouviremos mais para decidir melhor. Queremos um partido a funcionar da base para o topo e não ao contrário. Queremos militantes activos e participativos e não apenas figurantes de eventos mediáticos. Reactivaremos o Gabinete de Estudos (inexistente desde 2004). Passará a chamar-se **Laboratório de Ideias**. Terá uma estrutura própria, descentralizada e com presença nas redes sociais, de modo a criar oportunidades de participação para todos os militantes e simpatizantes do PS que queiram colaborar, a partir de qualquer ponto do país. Vamos aproveitar a inteligência e a competência dos militantes e dos simpatizantes. O Laboratório de Ideias será o motor de um verdadeiro debate aberto, plural a todos os sectores da sociedade portuguesa, dando um contributo relevante para a construção de uma proposta política alternativa, coerente e sólida.

No mesmo sentido, vamos recuperar a realização da **Universidade de Verão**, com periodicidade anual, como um dos momentos cruciais da formação e da reflexão política no interior do PS.

Lançaremos, no Congresso Nacional de Setembro, um amplo **debate**

nacional sobre a organização e funcionamento interno do PS. Esse debate terá início no Congresso Nacional e decorrerá até ao fim no primeiro trimestre de 2012. Será um processo calendarizado, onde haverá tempo para **debate**, para a **formulação** de propostas e para a **deliberação**. Queremos mudar os métodos com o envolvimento dos militantes. A participação de cada militante e a melhoria da vida democrática interna serão os nossos objectivos. Mudaremos as práticas e aplicaremos internamente os princípios da conciliação entre a vida profissional, familiar e política. Por exemplo, nas grandes reuniões nacionais do PS (Congressos, Convenções, Comissão Nacional) assegurar-se-á serviços de apoio às mães e aos pais que têm crianças.

Este **debate nacional** reflectirá sobre uma nova forma de fazer política partidária, aproveitando os espaços disponíveis e deverá discutir todas as propostas sem tabus, nem preconceitos. Desde a organização das estruturas (distrital, regional), passando pelo funcionamento dos órgãos, os métodos de trabalho, o acesso à informação, a comunicação, pela transparência do sistema eleitoral interno e igualdade de condições para as candidaturas, sistema de quotização, o financiamento das campanhas internas, a natureza dos Congressos em articulação com o sistema das directas, até ao método de escolha dos nossos candidatos para cargos políticos, incluindo a possibilidade de introdução das primárias, entre os militantes do PS, como hoje já acontece para a eleição do Secretário-Geral e para a eleição dos Presidentes das estruturas regionais e federativas. Tudo deve ser colocado em discussão. Nada deverá ficar excluído. Não pretendemos impôr nenhuma proposta, mas participaremos com as nossas próprias ideias em pé de igualdade com todos os militantes.

Nesse sentido, **propomos ao XVIII Congresso Nacional que, com a aprovação desta Moção, mandate a Comissão Nacional para a aprovação dos novos Estatutos do PS.**

Promoveremos **uma nova relação com o Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República. A liberdade de voto será o princípio determinante da acção dos Deputados da Assembleia da República**, exceptuando as questões da governabilidade (Orçamento do Estado, moções de confiança e de censura, entre outros), a proposta eleitoral com que nos apresentamos nas eleições legislativas e os compromissos assumidos pelo anterior Governo. Seremos o primeiro partido português a fazê-lo. Também aqui queremos dar o exemplo. O princípio da liberdade de voto não condiciona a procura de uma posição comum, antes potencia um debate plural e o exercício da autonomia responsável dos Deputados, num quadro de solidariedade para com as orientações políticas do partido. Pretendemos que a responsabilidade dos eleitos seja reforçada perante os eleitores.

O PS será um espaço aberto à participação dos jovens. Mas o PS conta muito com a **Juventude Socialista** para, autonomamente, promover a sua acção política e acrescentar espaços de participação próprios para que os jovens debatam e formulem propostas políticas para o país. A autonomia da JS é para respeitar.

Nesse mesmo debate incluiremos o **Departamento Nacional das Mulheres Socialistas**, “de modo a construir uma alteração estatutária que traduza uma visão mais ajustada à actual realidade social e política após a entrada em vigor da Lei da Paridade”. Aplicar no Partido o que defendemos na sociedade portuguesa. Superar a mera prática aritmética com a criação de condições objectivas para o cumprimento substantivo da paridade.

A relação com as comunidades portuguesas terá uma dupla vertente, numa lógica de relacionamento do partido com as suas estruturas e militantes (reforçando a comunicação e o apoio entre as **estruturas da emigração** e os órgãos nacionais do PS), por um lado e, por outro, com as políticas que são dirigidas aos portugueses residentes no estrangeiro.

Melhoraremos a relação com o mundo laboral. Manteremos um diálogo constante com os sindicatos, respeitando a sua independência, e incentivaremos a dinamização do papel da **Tendência Sindical Socialista**. Queremos um partido próximo dos trabalhadores. Mais activo na sociedade e menos fechado nos gabinetes ou nas estruturas orgânicas e funcionais. O PS deve assumir o mundo do trabalho. Não pode ser só o partido da classe média.

O PS tem de aprender e desenvolver novas formas de acção política para disputarmos o eleitorado que partilha os valores da esquerda em Portugal. É este o momento de o fazer, em diálogo franco e aberto. Estar atento e dialogar activamente com os **movimentos sociais**. Traduzir na nossa acção política a expressão dos seus anseios e das suas causas sempre ao serviço do interesse de todos os portugueses. Nos próximos anos, seremos confrontados com três eleições. Primeiro as **eleições regionais**: na Madeira este ano e nos Açores em 2012. Os socialistas dos Açores e da Madeira contarão com a solidariedade nacional. Essa solidariedade terá expressão nos actos eleitorais e fora deles, pois decorre do respeito pelo aprofundamento do princípio das autonomias.

O PS/Açores tem a ambição, fundada na sua obra, em continuar a governar. O PS/Madeira tem as condições para se afirmar como a alternativa ao poder instalado. A ambos expressamos a nossa solidariedade e apoio na concretização dos seus objectivos.

As **eleições autárquicas de 2013 são uma prioridade da nossa acção política**. A nossa meta é trabalhar para que o PS volte a ser o primeiro partido autárquico. Não será tarefa fácil, entre outras razões pelo facto de uma parte substancial dos actuais presidentes de câmara, autarcas de prestígio, não se poder recandidatar por força da lei. Para tal, é necessário iniciar desde já um trabalho, em articulação com as concelhias, as federações, o PS/Açores e o PS/Madeira, de modo a apresentar candidaturas competentes com a marca identitária do PS. **Até ao final do ano de 2012, teremos encerrado o processo de escolha dos nossos candidatos, permitindo ao PS entrar no ano eleitoral de 2013, pronto para vencer as eleições.**

Ao longo de 2013, desenvolveremos um conjunto de iniciativas políticas por todo o país, em articulação com a ANA/PS, de modo a potenciar o trabalho autárquico desenvolvido e a valorizar as candidaturas do PS nos 308 concelhos do país.

Um PS renovado e com serviço de missão. O PS sempre soube abrir-se ao melhor que existe em cada freguesia e em cada concelho. Essa é ainda a força do PS na frente autárquica. Somos um partido autárquico aberto e arejado. Vamos prosseguir por esse caminho. As nossas listas integrarão militantes e independentes e, em conjunto com a Associação Nacional dos Autarcas Socialistas (ANA/PS), elaboraremos **um núcleo essencial de princípios e de políticas que serão a nossa marca distintiva em relação a outras forças políticas.**

Concorreremos em todo o país de forma autónoma, afirmando a nossa matriz e o nosso Programa em aliança com as populações e tendo em conta as dinâmicas próprias de cada freguesia e de cada concelho. Também aqui, ouviremos e respeitaremos a vontade política das bases do nosso partido.

O PS é o espaço natural da esquerda democrática. O espaço em que cada vez mais cidadãos depositam a sua esperança numa refundação ideológica. Devemos dinamizá-lo de modo a torná-lo atractivo para todos quantos têm preocupações sociais e buscam soluções realistas para os problemas dos portugueses.

Tomaremos a iniciativa na promoção desse **debate ideológico e programático. Repensar a esquerda democrática e actualizar as nossas propostas em coerência com os nossos valores fundacionais.** Há novas realidades sociais, económicas, civilizacionais, ambientais e culturais que carecem de novas respostas. Estaremos na primeira linha desse debate, na promoção e na apresentação de propostas políticas.

Um debate substantivo, sem tabus, nem preconceitos. Devemos começar por colocar muita coisa em causa. Só assim, encontraremos respostas sérias e duradouras. Há valores emergentes e problemas para os quais os nossos valores matriciais carecem de actualização. Este debate deverá ultrapassar fronteiras e provocar as respostas europeias (**Partido Socialista Europeu**) e internacionais (**Internacional Socialista**) para as crises civilizacionais, económicas e sociais que atravessamos.

2. Um novo olhar sobre a Europa

Frequentemente as questões europeias são abordadas como se

tratasse de assuntos de política externa. Afastamo-nos firmemente dessa concepção. A Europa faz parte da nossa vida quotidiana e as decisões das suas instituições têm um impacto no nosso país tal como as leis adoptadas na Assembleia da República. Muita da legislação nacional decorre das decisões adoptadas pela União Europeia. Abordar a política europeia como se tratassem de relações internacionais é um erro grave.

O PS estará na primeira linha do debate sobre o futuro da Europa, tal como esteve aquando da sua adesão, da criação do euro e da adopção do Tratado de Lisboa.

Olhamos para a União Europeia e não gostamos do que vemos. O projecto europeu esmoreceu. A solidariedade foi ultrapassada pelos egoísmos nacionais, onde prevalecem os interesses dos mais fortes. Aí formatam-se regras que não permitem escolhas políticas. Essas regras têm conduzido a maiores desigualdades sociais, a mais desemprego e a menos competitividade da economia europeia.

A Europa necessita de clarificação e de pôr fim à sua ambiguidade. Está provado que a união monetária não sobreviverá sem uma verdadeira União Política. **A UE carece de governação política e de governação económica.** Para tal é necessário dotar a UE de um verdadeiro orçamento, com mais recursos financeiros e de lideranças capazes de entender as emergências dos novos tempos.

Quando foi criada a União Monetária eram já evidentes algumas das suas potenciais fragilidades: o nível dos recursos próprios era insuficiente para resolver problemas de choques assimétricos; ao longo dos anos, esse nível foi diminuindo, sendo hoje inferior a 1% do total dos orçamentos nacionais, enquanto que no tempo de Jacques Delors (Cimeira de Edimburgo) tinha atingido os 1,25%, dando prioridade aos objectivos da coesão económica e social. Entretanto, a ordenação das políticas orçamentais e a harmonização fiscal deram apenas pequenos e tímidos passos.

A crise económica e financeira que teve origem no chamado problema do subprime pôs a nu as fragilidades da União Monetária e aumentou a incerteza e a volatilidade das economias europeias. O epicentro da crise ocorreu na Grécia, cuja dívida pública atingia no final de 2010 cerca de 142% do PIB. A dívida externa da zona euro era, por essa altura, cerca 86% do PIB, contando a Itália com 119%, a Bélgica com 102%, a Irlanda com 96% e Portugal com 93%. Existe hoje uma consciência muito aguda do **carácter imprescindível de políticas firmes de consolidação orçamental e de dinamização da economia, sobretudo dos sectores exportadores.** Mas o caso grego está a demonstrar que se forem aplicadas apenas as receitas tradicionais, não só a Grécia não conseguirá sair da crise em que mergulhou, como acabará por contagiar as economias do sul da Europa e, conseqüentemente, toda a zona euro.

O PS desenvolverá contactos, no interior da nossa família política europeia, para que seja **elaborada uma proposta comum alternativa ao modelo de governação europeu e portadora de novas políticas que permitam um desenvolvimento económico ao serviço das pessoas.**

Proporemos aos demais líderes socialistas dos países da União Europeia, uma reflexão e acção conjuntas com vista à saída da presente crise, nomeadamente a definição de medidas concretas para o reforço do governo político e económico no seio da União Europeia. Na nossa família política existe já um acervo interessante de reflexão recente, nomeadamente as contribuições de Jacques Delors, Felipe Gonzalez, Giuliano Amato e Mário Soares. Nos momentos de crise exige-se determinação e imaginação redobradas. Chegou a altura da família socialista, trabalhista e social-democrata europeia assumir um compromisso forte dando a máxima prioridade ao crescimento económico e ao emprego. A Europa tem que agir em conjunto. Não podemos continuar com uma política monetária e várias políticas económicas. Urge articular as respostas contra a crise com as reformas de futuro que necessitamos.

A criação de um instrumento de emissão conjunta de dívida pública (eurobonds) permitiria uma nova relação com os mercados financeiros, proporcionando taxas de juro mais razoáveis. Por outro lado, este instrumento deveria articular-se com investimento de qualidade e dependente do cumprimento das metas de consolidação orçamental contratadas.

A democracia política, a modernização económica e a ideia de Estado de Bem-estar estiveram sempre em Portugal, desde 1974, associadas ao projecto europeu. Assegurar que Portugal participe no núcleo central do processo de construção europeia continua a ser um objetivo que deve ser assumido como estratégico pelo Partido Socialista. A defesa de uma melhor governação à escala europeia no interesse da estabilidade e da convergência será um dos pontos nucleares da agenda política do PS.

O recente desenvolvimento global das soluções neoliberais é uma bolha ideológica pronta a explodir. Somos por uma **mundialização saudável e sustentável**, baseada numa cooperação entre os povos, respeitando as suas culturas e o seu direito à dignidade e à felicidade. Acreditamos que um outro modelo de globalização é possível e que a Europa deve ter um papel determinante nesse processo.

Estaremos profundamente envolvidos com todos os portugueses que nos quiserem acompanhar nesta batalha no desígnio forte de refundar a Europa como referência numa globalização sustentável e de fazer do socialismo democrático a narrativa e a política alternativas ao neoliberalismo e ao pensamento único.

3. Para cumprirmos PORTUGAL

Tomar nas nossas mãos os nossos destinos parece simples, mas tem sido o mais difícil da nossa história como povo. E não é de agora. Tem sido de quase sempre.

Há quem diga que temos uma patologia. Não nos governamos nem nos deixamos governar.

Não estamos de acordo. Não nos resignamos a pensar que somos um Povo dispensável.

E nem nos preocupa que até agora a narrativa da nossa História, como povo, nos contradiga. Já conseguimos muito no passado e no presente. Triunfaremos no futuro. Temos áreas e práticas de excelência. Somos um país rede e uma nação global com um reconhecimento político que vai para além do peso económico. Temos características que nos permitem ambicionar vencer na nova **economia global sustentável**, na qual acreditamos, onde temos mais condições competitivas que na moribunda economia actual, baseada no desrespeito pelo ambiente e na competição sem regras.

É necessário refazer quase tudo. Ao dizê-lo é reconhecermos a situação complicada de onde partimos no plano político, económico, social e cultural.

A tarefa é muito difícil, árdua e exige clareza e muitíssima energia. Mas há um caminho. Há um rumo que deve ser traçado, respeitando o património dos enormes avanços na modernização da sociedade portuguesa, conseguidos nos últimos seis anos. Com muito trabalho. Com muitos exemplos. Exemplos para que o cumprimento seja um sentimento de orgulho e não de obrigação.

Para que isso aconteça é necessário mobilizar os portugueses.

Muitos deles estão cansados de tantos discursos e de tantos sacrifícios. **Os planos de austeridade não podem ser o nosso destino.** O nosso destino tem que ser um projecto de esperança.

É necessário motivar os portugueses. Dar-lhes razões para voltarem a confiar e a acreditar. Falar-lhes verdade em todos os momentos e atraí-los para a construção do nosso futuro!

Não há uma varinha mágica para resolver os problemas com que se debate o país. Só com o contributo de cada um de nós poderemos superar os graves problemas que nos assolam.

Por isso, a primeira condição é ser frontal e transparente com as pessoas, não esconder nada, não negar nenhum problema. Só com frontalidade e transparência é possível dar confiança e esperança aos portugueses.

Daí ser necessário clarificar de **onde partimos e onde queremos chegar.**

Queremos construir um país que inicie uma trajectória de crescimento sustentável, convergente com a média dos países mais desenvolvidos da Europa, de modo a criar oportunidades de realização profissional e pessoal para as novas gerações.

Temos uma ideia para Portugal. Uma ideia aberta que queremos desenvolver e concretizar envolvendo as pessoas.

Portugal é hoje um País mais preparado para transformar o conhecimento, a tecnologia e a capacidade inovadora em valor. **Isso implica assumir uma centralidade política e económica na nova economia global.** Liderar em sectores que vão fazer a diferença como as novas energias, a eficiência energética, as novas soluções tecnológicas e a logística. Ousar aplicar as novas soluções desenvolvidas para construir respostas de proximidade e com elevada qualidade na saúde, na qualificação ou na mobilidade. Fazer dum País um laboratório global de novas soluções para a economia global, valorizando os sectores dito tradicionais e os recursos endógenos como a floresta, o território, a energia renovável e o mar. Ambicionamos um Portugal mais competitivo e mais inclusivo.

Queremos cumprir Portugal mobilizando as pessoas para a mudança e colocando-as no centro da nossa visão dum Portugal melhor. As pessoas sempre em primeiro lugar, mas pensadas para além de meros destinatários de direitos e deveres individuais. Pessoas enquanto cidadãos activos de comunidades sustentáveis.

Acreditamos nas pessoas e na importância da sua qualificação. Pugnaremos por uma responsabilização das comunidades, devolvendo competências à sociedade, reforçando as suas capacidades e promovendo parcerias fortes com o Estado, na solução dos problemas sociais que agravam as desigualdades e ferem a matriz solidária da sociedade que queremos.

Daremos atenção particular às **vulnerabilidades específicas da população**, onde desenvolveremos linhas próprias de acção. Recusamos modelos massificados de intervenção e adoptando perspectivas “individualizadas” de resposta.

Daremos prioridade a dois grupos particulares de cidadãos sobre os quais assenta muita da ambição de futuro e da matriz solidária do Portugal que queremos: **às crianças** - Concretizando uma política de infância, indo muito para além da educação e da saúde, complementando as valências do Estado com as respostas da sociedade e valorizando as políticas públicas, como instrumento insuperável de promoção da inclusão; **e aos idosos** - a esperança de vida tem vindo a aumentar. A vida activa potencial é muito mais longa. Enfrentaremos o desafio de pensar os idosos à luz do que são hoje: novos, saudáveis, competentes, adequando as políticas a essa realidade. A sua experiência de vida deve ser valorizada e aproveitada.

É possível um país novo. Que recuse e combata as desigualdades sociais e a pobreza. Gerador de mais e melhores oportunidades de emprego, em particular para os mais jovens. **Um país capaz de estabelecer uma cultura de responsabilidade.** Uma nova relação entre o Estado e o Cidadão, baseada na confiança. Uma cultura de trabalho e de poupança. A valorização do trabalho e o respeito da dignidade das pessoas em todas as suas condições.

A fraca taxa de natalidade, e as suas consequências na sociedade e na economia, ocupam o centro das nossas preocupações. O país tem de estabelecer políticas públicas, com racionalidade, para enfrentar este grave problema estrutural.

De onde partimos

A economia portuguesa terminou um ciclo. Esgotou muita da sua capacidade de acção e, se nada for feito que mude as suas condições estruturais de funcionamento, entraremos num processo de declínio. As nossas vulnerabilidades são hoje mais e, simultaneamente, mais evidentes. Sabemos também que, mais do que contar com outros, teremos que contar em primeiro lugar connosco para ultrapassarmos as nossas dificuldades.

Neste contexto, afigura-se de primordial importância **o cumprimento do pacote de reformas económicas associadas ao programa de assistência financeira** como condição sine qua non para a manutenção da liquidez fundamental ao financiamento da economia portuguesa e ao regular funcionamento do Estado, do sistema bancário e do aparelho produtivo português. No entanto, o pacote de reformas associadas ao programa de assistência financeira apresenta em muitas dimensões uma latitude de interpretação significativa no que se refere à implementação concreta das medidas, **a qual deixa espaço para a discussão política e para o diálogo construtivo entre o Governo e o maior partido da oposição.**

As medidas incluídas no programa de assistência visam, no essencial, o restabelecimento das condições de financiamento da economia portuguesa no prazo do programa. No entanto, a sustentabilidade da economia portuguesa no médio e longo prazo, isto é, após o fim do programa de assistência financeira, exige a manutenção de um crescimento económico sustentado, que permita não apenas fazer face ao reembolso do empréstimo concedido ao abrigo daquele programa, como também assegurar o **reinício do processo de convergência real da economia portuguesa no seio da área do euro**. Não é demais reforçar que a manutenção do modelo de Estado de Bem-estar europeu em Portugal não se compagina com soluções imediatistas e irresponsáveis para a actual situação económica e financeira que passem quer pelo incumprimento deliberado das responsabilidades financeiras do Estado português, quer pelo abandono da área do Euro. Tais soluções acarretariam uma destruição da economia portuguesa e do Estado de Bem-estar e mergulhariam o país numa crise sem paralelo na economia portuguesa e com consequências políticas, económicas e sociais imprevisíveis.

O PS, enquanto maior partido da oposição, jamais estará associado a esta visão derrotista e conformada do país. O actual modelo social europeu exige uma **partilha de risco**, a qual só pode ser assegurada no contexto de uma ampla união monetária, que eliminando o risco cambial, permite, em condições de regular funcionamento, assegurar condições de financiamento estáveis que permitam diluir o impacto de adversidades impossíveis de antecipar.

O PS, como o principal partido de oposição defende que as duas áreas críticas de governação a curto prazo são as finanças e a economia.

Nas Finanças, a prioridade imediata será a redução sustentada do défice público e da dívida do Estado. Mas esta prioridade não deve pôr em causa opções fundamentais, e menos ainda a equidade na acção do Estado. Isto num contexto em que há riscos fortes de subida das taxas de juro adicionais, o que cria dificuldades acrescidas a um país com necessidade de capital como o nosso.

Na Economia, a prioridade terá que ser ganhar competitividade e capacidade exportadora, mas com os respectivos benefícios a serem distribuídos equitativamente entre os que nele participem. Apoiar os sectores económicos e empresas que simultaneamente permitam reforçar a produtividade, gerar riqueza e criar empregos, para viver o presente.

Apostar de forma consistente nos recursos humanos e na reforma dos sistemas de enquadramento à nossa economia e sociedade – ciência e tecnologia, formação profissional, justiça, segurança, saúde, território, para preparar o futuro.

O País precisa duma **nova estratégia económica** que crie as bases para um crescimento económico de qualidade, sustentável, duradouro e socialmente justo. Passos muito importantes no sentido da mudança foram dados nos últimos anos pelo governo do PS com a aposta na qualificação das pessoas, na investigação científica, na desburocratização, nas energias renováveis, na diversificação dos mercados externos. Portugal necessita de prosseguir esse esforço na área da ciência. Precisamos de inovar para sermos um país mais competitivo e produtivo. Só promovendo a investigação, poderemos inovar. Daí a aposta na ciência e na tecnologia.

Muito se fez, mas a crise internacional e as perturbações financeiras que lhe estão associadas exigem uma resposta ainda mais decidida e inovadora, que prossiga e integre aquelas linhas de mudança já iniciadas mas que ao mesmo tempo abra novos caminhos de mais vastos horizontes.

Por isso, uma nova estratégia económica deve ter como prioridade imediata o **apoio à produção dos bens e serviços transaccionáveis**, em particular, os da agricultura, das florestas, das indústrias, da pesca e aquacultura, do turismo, que são as actividades que nos permitirão reduzir as necessidades de financiamento do exterior. Quando tivermos as contas externa equilibradas disporíamos então de maior margem para fazer crescer a procura interna. Crescimento que será essencial para fazer aumentar o emprego e reduzir, assim, a taxa de desemprego.

Para aumentarmos rapidamente a produção precisamos de mais investimento, que, infelizmente, se reduziu muito nos últimos anos.

Por isso, um dos vectores essenciais dessa estratégia de desenvolvimento será o aumento do investimento e a sua orientação para os sectores mais prioritários do ponto de vista do equilíbrio das contas com o exterior.

Para isso, terão de ser dados incentivos ao aumento da poupança interna, terá de se fazer um esforço suplementar de atracção do investimento estrangeiro e terá de se orientar a concessão de crédito - que será sempre um recurso escasso nos próximos anos - para as actividades verdadeiramente essenciais.

O lançamento de grandes programas mobilizadores das energias nacionais para o desenvolvimento das actividades relacionadas com o mar, com as florestas e com a produção e utilização racional da energia serão pilares de primeira importância na estratégia.

A negociação das perspectivas financeiras para o período 2014-2020 deve reflectir-se nestas prioridades. Não aceitaremos que se abandone o princípio da coesão nem apoiaremos uma proposta que agrave as desigualdades entre as regiões europeias.

O Memorando assinado com a “troika” não é a solução para todos os nossos problemas, apenas nos garante o financiamento da nossa economia num período crítico. Temos que voltar a crescer para consolidar de forma sustentável as contas públicas, criarmos emprego, gerar mais valor e conquistar novos mercados.

O nosso problema principal é o fraco crescimento económico. É essa, também, a nossa maior fragilidade face aos mercados financeiros. Aplicar o Memorando não pode ser por isso um mero exercício tecnocrático e contabilístico. É preciso fazer escolhas e o PS fará essas escolhas e negociará essas opções no seu contributo activo para o cumprimento dos nossos compromissos internacionais.

É preciso mais do que a aplicação do memorando para que a economia portuguesa entre num novo ciclo de crescimento saudável que permita cumprir Portugal. Aproveitaremos toda a margem de diferenciação e escolha disponível. E aproveitá-la-emos com rigor e capacidade de escolha, apostando nas empresas que têm vindo a contribuir para um crescimento sustentado das exportações e naquelas que substituem importações, reforçando ao mesmo tempo a aposta nas redes de eficiência colectiva, nos pólos de competitividade e nos clusters, **desenvolvendo políticas de industrialização de nova geração** baseada na competição interna e na competição externa em plataformas com massa crítica e capacidade negocial.

O ajustamento económico implica uma combinação rigorosa entre as respostas de emergência e as reformas de fundo. É preciso salvar e modernizar a base produtiva ao mesmo tempo que se ajustam as variáveis macroeconómicas. O Plano Nacional de Reformas entregue em Bruxelas (Portugal 2020) constitui uma base de referência. Um Portugal com a ambição de convergir e atingir a média europeia em 2020 nos indicadores da ciência, da inovação, da sustentabilidade energética, das qualificações e do abandono escolar e na redução das desigualdades e da pobreza. **Um Portugal inteligente verde e inclusivo, com espaço para as indústrias e os serviços de ponta, a economia social ou a exploração de novos nichos de mercado baseados na identidade, na criatividade e na integração de soluções.**

Pugnamos pela concertação estratégica entre o poder político e os principais actores económicos e sociais. A concertação social deverá concentrar-se no estabelecimento de acordos de médio prazo.

Mudar de forma estrutural como pretendemos implica uma convergência robusta em torno de valores claros e princípios firmes. Não queremos uma reforma contra ninguém. Queremos mobilizar uma convergência activa e inteligente por Portugal, cumprindo a nossa vocação de economia aberta, criativa e capaz de criar valor com a sua capacidade relacional com os vários espaços económicos.

O crescimento económico sustentável implica escolhas. Promoveremos as bases duma economia competitiva continuando as apostas nas qualificações, na inovação, na tecnologia e na ciência. Não nos substituiremos aos agentes económicos nas suas escolhas. Mas a nossa opção é clara. Não temos condições para sustentar uma economia de subsistência. Dando a todos condições para se modernizarem e internacionalizarem, os que o conseguirem terão um apoio acrescido das políticas públicas para consolidarem padrões de produtividade e de competitividade que os afirme à escala dos

mercados globais.

Defendemos o **primado das pessoas sobre os mercados**. Um capitalismo ético e não de casino. Uma economia de mercado que não pode contaminar nem dar origem a uma sociedade de mercado. Defendemos uma regulação rigorosa e estreita dos mercados financeiros e na sua efectiva fiscalização. Defendemos o fim dos “off-shores”. Apostamos na economia social como pilar forte dum modelo económico sustentável. Uma economia sustentável ao serviço do Homem, tem que ser cada vez mais uma economia regulada, transparente e com políticas públicas que assumam os referenciais de acção e reflectam os mandatos de representação que são outorgados aos responsáveis políticos. **Não nos substituiremos à economia e aos mercados mas também não nos omitiremos perante eles**. O PS como grande partido defensor duma economia de mercado com sensibilidade social não abdicará dos seus princípios e dos seus valores na definição duma alternativa sustentável e socialmente justa para o desenvolvimento do País no quadro da globalização em curso. Defender o Estado de Bem-estar, a escola pública de qualidade e redes fortes de protecção social como nós defendemos não é compatível com uma atitude passiva, imobilista e contrária à mudança e à inovação.

A execução da reforma da **Segurança Social** necessita de ser monitorizada e avaliada de forma a evitar o regresso a uma situação de insustentabilidade. A recente crise financeira internacional reforçou a importância da manutenção de um sistema público de Segurança Social.

O mesmo acontece na saúde. Defendemos o **Serviço Nacional de Saúde** que assegure a todos os cidadãos, independentemente dos seus recursos económicos, a prestação de serviços de qualidade. A sensibilidade social é uma marca do PS e estará presente na nossa acção política.

Defendemos o primado das pessoas e do seu envolvimento, no quadro das famílias e das comunidades, na definição das soluções e dos modelos mais adequados. O Estado não se eximirá da sua responsabilidade, mas será sobretudo um facilitador das soluções encontradas na sociedade e um recurso quando essas soluções falharem, garantindo ao mesmo tempo o prosseguimento na aposta na modernização das infra-estruturas sociais que apoiam o trabalho das comunidades e das instituições. Acreditamos nas políticas de proximidade. **Com as novas tecnologias e o envolvimento das pessoas é preciso fazer muito mais com menos dinheiro, investindo os recursos da cooperação, do voluntariado e da solidariedade**.

Queremos um Estado melhor, mais forte e mais eficaz. Isso mede-se pela satisfação e qualidade dos serviços públicos proporcionada às pessoas e às empresas. A administração pública tem que reflectir, em todas as suas dimensões, aquele propósito.

A aposta nas energias renováveis e na eficiência energética colocou Portugal como um referencial de modernidade e de acção no plano europeu e global. Não permitiremos que seja desbaratada essa vantagem. Com rigor, apostaremos na investigação, na promoção de novas tecnologias e na valorização dos recursos endógenos. Com a volatilidade dos preços dos combustíveis fósseis e as recentes evoluções na energia nuclear, a aposta portuguesa nas energias renováveis assume um carácter ainda mais estratégico. Estratégico para a balança de pagamentos, estratégico para as exportações, estratégico para a independência energética, estratégico para a criação de emprego, estratégico para o ambiente e estratégico para um novo modelo descentralizado de envolvimento das pessoas e das comunidades na produção da sua própria energia.

Apostaremos no **desenvolvimento da agricultura e do mundo rural**. Os recursos endógenos são a base da riqueza de um País. Um desenvolvimento ambientalmente sustentável permitirá criar emprego e valor, usando melhor o território, a floresta, a energia, os recursos agro-pecuários e o mar.

O PS manter-se-á fiel às suas posições em matéria de **defesa e segurança no quadro da NATO e da União Europeia**, pugnando para que a Europa seja um pilar, com visão própria, no seio da comunidade internacional na prossecução da paz e da boa relação entre os povos.

Defendemos o **aprofundamento das autonomias nos Açores e na**

Madeira, no quadro dos princípios de solidariedade nacional – continuidade territorial e coesão - e como forma, comprovada, de responder às necessidades dos açorianos e dos madeirenses.

A defesa das autonomias regionais corresponde à nossa concepção de um Portugal moderno e solidário.

O PS é o partido da consolidação das autonomias regionais através da adopção de políticas que traduzem os princípios da coesão social e territorial. Seremos firmes na defesa destes princípios e na observação da geografia específica da região autónoma dos Açores. A lei das finanças regionais deve dar expressão a estes princípios de forma transparente.

A reorganização administrativa do Estado deveria ser consequência do debate sobre as funções do Estado moderno, estratégia, regulador e solidário. Infelizmente, o memorando estabelece medidas que impedem essa reflexão tão necessária. Não obstante, **o PS não aceitará uma reorganização administrativa, desenhada nos gabinetes do Terreiro do Paço e imposta às populações**.

Somos contrários à extinção dos actuais concelhos, excepto se o mesmo decorrer da vontade própria das suas populações. É possível, e desejável, poupar recursos através do associativismo intermunicipal. Em relação às freguesias, é possível encontrar soluções de racionalidade, procedendo à eliminação da duplicação de estruturas administrativas, em particular nas zonas urbanas e nas sedes de concelho. No mundo rural, a junta de freguesia é, por vezes, a única ligação das populações com o Estado. Deveremos agir com bom senso e não desproteger partes do nosso território, no interior, já tão desertificado. As populações locais devem ser previamente auscultadas e participar activamente nesse processo. A manutenção da identidade e a introdução de maior racionalidade constituirá um equilíbrio desejável.

Afirmamos a nossa opção pela regionalização do continente. Portugal é um Estado Unitário e assim deve continuar. Mas tem sido um Estado centralizado e tem norteado a sua acção por uma forte cultura centralista. A visão moderna que temos do Estado inspira-se nos valores da República, proporcionando níveis intermédios de poder para responder melhor aos problemas das pessoas e criar mais espaços de participação na vida pública do país. Regionalizar o continente, com equilíbrio, e com um único propósito: melhorar a vida das pessoas e das empresas.

É fundamental insistir na necessidade de valorizar e reconhecer a importância das nossas **comunidades espalhadas pelo mundo**, fazendo com que participem de forma mais visível na definição dos destinos do nosso país. Ao mesmo tempo, é desejável uma mudança de atitude na nossa sociedade, a começar pelos serviços da administração pública, para que os nossos compatriotas não se sintam estranhos no seu próprio país. Portugal mudou; as comunidades portuguesas também mudaram e mudam. Estão sujeitas à sedução de múltiplas sociedades de acolhimento. Importa apoiar as comunidades de portugueses, reforçando as afinidades com Portugal.

O PS contribuirá activamente para a **afirmação da língua portuguesa no Mundo** e apostará fortemente nos relacionamentos nos espaços, institucionais e informais, da lusofonia. Numa sociedade do conhecimento a língua é um recurso estratégico e deve ser uma prioridade política, orçamental e diplomática.

A diversidade constitui um património fundamental da identidade Portuguesa. O forte desenvolvimento económico e social que observamos nos últimos anos transformaram Portugal num país atractivo para pessoas de outros países que encontraram em Portugal um local de trabalho e de sedimentação das suas famílias. Os recentes governos socialistas desenvolveram um trabalho notável e reconhecido internacionalmente nas políticas de **acolhimento e de integração das comunidades migrantes**, assim como, na promoção do diálogo intercultural. No entanto, o impacto da afirmação das políticas migratórias humanistas e promotoras dos direitos humanos deve continuar a ser uma prioridade da reflexão política no nosso partido. O crescimento galopante de forças políticas extremistas por toda a Europa merece da nossa parte uma particular atenção, uma vez que estas ideias devem ter uma firme resposta que passa pela integração positiva dos emigrantes, pela promoção dos seus direitos e pelo combate a todas as formas de racismo, de discriminação e de

exclusão social. Esta é uma área em que o partido socialista poderá ter um contributo importante na construção de propostas humanistas e positivas na prossecução de uma sociedade intercultural

O **diálogo e a coesão intergeracional** constituem um dos maiores desafios da sociedade Portuguesa e Europeia contemporâneas. O envelhecimento gradual da nossa população tem complexas consequências no sistema de segurança social. A necessidade de investimento público, em transferências e serviços relacionados com o envelhecimento da população são uma inevitabilidade. Como resultado, a despesa pública em pensões, saúde e cuidados de longa duração para a terceira idade irão crescer significativamente. Em paralelo, a juventude faz face a dificuldades que se agigantam em aceder a educação de qualidade, ao mercado de trabalho e a emprego com remuneração digna. Estes desafios ameaçam a capacidade de autonomia dos nossos jovens, o cumprimento das suas aspirações e o seu direito a uma vida digna enquanto membros da nossa sociedade. Assegurar que estas evoluções demográficas não são vistas apenas como um conflito e uma batalha pelos recursos entre jovens e mais velhos, transformando esta realidade social em oportunidades, devem ser prioridades para Portugal e para o PS. Transformar esta ameaça de apartheid geracional numa sociedade coesa e que assume a solidariedade e a cumplicidade entre as gerações faz parte das nossas preocupações e constitui um imperativo ético. Chegar a uma distribuição equitativa da prosperidade entre as gerações e assegurar a dignidade de cidadãos e cidadãs de todas as idades exige um diálogo activo e a criação de instrumentos activos de solidariedade entre as gerações, que promovam o contacto e a inclusão e reduzam inibições e preconceitos. O potencial de intercâmbio de experiências e vivências deve ser explorado assegurando a partilha de novas e consolidadas capacidades. **A memória e a inovação, assim como aqueles que as protagonizam, deve ser objecto de cuidado intercâmbio.**

O PS deve ter uma cuidada atenção na **programação cultural, na utilização dos equipamentos sociais, culturais e de lazer** assim como nas opções urbanísticas nas políticas de promoção de natalidade e do repovoamento, nas suas práticas autárquicas para cultivar a solidariedade entre as gerações.

A **igualdade entre homens e mulheres** constitui um dos desafios mais importantes na prossecução de uma sociedade mais justa e inclusiva. A participação equilibrada de homens e mulheres nos mecanismos de tomada de decisão é, no Novo Ciclo, fundamental para uma nova conceptualização da vida pública, para uma nova abordagem da construção democrática e acima de tudo para a geração de uma nova dinâmica social capaz de promover um crescimento mais inclusivo e uma sociedade mais eficiente.

Acreditamos ser possível ter melhor qualidade de vida, mais **conciliação entre a vida pessoal, laboral e familiar**. A forma mais eficaz de a promover é através de uma maior participação dos homens na vida privada e das mulheres na vida pública. O reforço da reflexão sobre a participação efectiva das mulheres na vida interna do PS terá de reflectir obrigatoriamente o projecto de sociedade que preconizamos.

Os grandes desígnios do nosso país residem na **consolidação de uma escola pública de excelência que combata o abandono escolar**, que crie cidadãos qualificados para a competição no mundo global, capazes de transformar o nosso modelo económico num modelo assente no conhecimento, no capital humano, na criatividade e na inovação, e não nos baixos salários, na precariedade e no trabalho pouco qualificado.

Investir na criatividade e cultivar o empreendedorismo será uma tarefa que obrigará à revisão dos processos formativos dos jovens, assumindo uma perspectiva holística que colocará, ao serviço desses mesmos processos, agentes e metodologias dos universos da educação formal e da educação não-formal. Neste quadro, para além das entidades ligadas ao sistema de ensino, serão chamadas a intervir instituições mais vocacionadas para a educação não-formal, designadamente as **associações juvenis**, que não deixarão assim de ser incentivadas a participar no esforço de consolidação da via do desenvolvimento nacional.

A adopção de **estilos de vida saudáveis** deverá continuar a ser uma

prioridade, tanto como área nuclear de intervenção quanto como princípio de referência para a ocupação de tempos livres. Contudo, assumindo muito realisticamente as alterações registadas nos últimos anos no quadro das ofertas de serviços por diversas entidades, onde pontuam, por exemplo, as autarquias locais, deverá haver lugar a uma reavaliação das formas como centralmente o Estado se tem posicionado nesta matéria.

4. O contributo de cada um de nós

O Novo Ciclo tem as pessoas como referência primordial. Cada um de nós conta e é convidado a dar o seu contributo. Propositadamente, esta Moção não apresentou uma proposta política alternativa fechada. Este é um ponto de partida e não de chegada. Este é o início de uma caminhada que faremos juntos.

No capítulo anterior, intitulado CUMPRIR PORTUGAL encontram-se as âncoras da alternativa política que ambicionamos propor aos portugueses para voltarmos a governar Portugal. A sua construção começa agora e precisa de si.

As centenas de contributos que nos chegaram para a elaboração desta moção estão já a ser trabalhadas nesse sentido. Não há tempo a perder. Para nós, a sua opinião conta.

Neste sentido manteremos activa a caixa de correio para continuar a receber as suas opiniões:

contributosparaonovociclo@gmail.com

O Novo Ciclo começou a 9 de Junho e vai continuar. O Novo Ciclo não é a candidatura de uma pessoa a um cargo. O Novo Ciclo é um movimento, participado por todas e por todos, militantes e simpatizantes do PS, que ambicionam construir um PORTUGAL de esperança, próspero, desenvolvido e mais justo.

Ao longo dos trinta e sete anos de democracia o Partido Socialista tem dado ao País o melhor do seu esforço, servido por quadros de elevada qualidade, grandes autarcas nas Freguesias, Assembleias e Câmaras Municipais, Presidentes de Câmara com grande obra feita, dirigentes, responsáveis em instituições voluntárias de solidariedade social, cultura, desporto ou desenvolvimento, deputados, governantes, chefes de governo e supremos Magistrados da Nação.

Centenas de milhares de mulheres e homens fizeram do PS um grande Partido, com uma grande história.

Vamos continuar a escrever a nossa história.

O PS precisa de si! O PS chama por si!

Para o novo ciclo. Para Cumprirmos Portugal.

No futuro assumimos os compromissos do presente mas somos livres de reflectir e desenhar novas soluções, exigir outras práticas e apostar no rejuvenescimento de ideias e protagonistas.

É imperativo virar a página. Honrando os valores e a História do PS e assumindo o nosso património por inteiro.

Uma nova fase, com credibilidade, responsabilidade e criatividade, com novas soluções para novos problemas e contextos.

No entanto, a matriz é a mesma, os valores de sempre do PS, do socialismo democrático.

É neste quadro que pretendemos desencadear um Novo Ciclo.

Abrir O Novo Ciclo.

Dar esperança a Portugal e aos portugueses.



A FORÇA DAS IDEIAS

FRANCISCO ASSIS / MOÇÃO GLOBAL DE ESTRATÉGIA

MOÇÃO B

A Força das Ideias

PRIMEIRO SUBSCRITOR: FRANCISCO ASSIS

I. Património, compromissos e valores

1. Marcas do governo socialista, 2005-2011

Esta candidatura assume por inteiro o património político do Partido Socialista. Sob a liderança de Mário Soares, Victor Constâncio, Jorge Sampaio, António Guterres, Ferro Rodrigues e José Sócrates fomos, sucessivamente, o partido da liberdade, da Europa, da normalização democrática e constitucional, do Serviço Nacional de Saúde, do equilíbrio entre sector público, privado e social da economia, da luta contra a exclusão social e do compromisso com os mais pobres, da escola pública, da sociedade da informação, da educação para todos, dos novos direitos civis, da inovação na política energética e da sustentabilidade do Estado Social.

Esta candidatura orgulha-se – porque sempre as defendeu – das marcas reformistas e progressistas que, sob a liderança de José Sócrates, o Governo do PS deixou no país entre 2005 e 2011. E empenha-se na sua defesa e no seu aprofundamento. Foram seis anos em que modernizámos o país e melhorámos a vida dos portugueses em muitos domínios.

Portugal começou a reduzir muitos dos seus défices estruturais a partir de 2005. O risco de pobreza, nomeadamente entre os idosos, diminuiu significativamente. Há mais alunos nas escolas e com melhores resultados: as taxas de retenção, desistência e abandono precoce baixaram e somos o segundo país que mais progrediu em ciências e o quarto que mais progrediu em matemática. Temos mais inscritos no ensino superior e mais diplomados, doutorados e cientistas. O investimento em investigação e desenvolvimento coloca hoje Portugal ao nível dos países mais avançados do mundo. A taxa de mortalidade infantil continuou a baixar. Temos hoje mais médicos e mais vagas nos cursos de medicina. O número de pessoas inscritas em lista de espera para cirurgias, problema há muito identificado, baixou significativamente.

O Plano Tecnológico foi uma ideia que se tornou realidade. Pela primeira vez, demos prioridade à inovação e o saldo da balança tecnológica foi positivo. O número de portugueses com acesso a computador, internet e banda larga aumentou exponencialmente. Portugal é hoje líder na economia verde. É cada vez maior a capacidade eólica instalada e cada vez mais a energia eléctrica produzida através de fontes renováveis. Apostámos a sério no turismo e o sector exportador, crítico para um crescimento sustentado, saiu reforçado e diversificado: a taxa média de crescimento das exportações subiu de 3,2%, entre 2000 e 2005, para 4,5% entre 2005 e 2010.

A vida dos portugueses melhorou em muitos aspectos, desde 2005. Sabem-no as famílias que passaram a ter uma escola pública de qualidade, moderna, equipada e a tempo inteiro, com refeições, música, inglês e acesso à internet. Sabem-no os jovens e os

maiores de 23 que têm hoje mais acesso a cursos superiores e a estágios profissionais, vias importantes para o desenvolvimento do país e para a sua empregabilidade. Sabem-no os mais de um milhão de portugueses que voltaram a estudar através das Novas Oportunidades, programa que lhes está a dar reconhecimento e competências para progredirem na sua vida profissional. Sabem-no os consumidores de medicamentos não sujeitos a receita médica, que podem hoje adquiri-los também fora das farmácias. Sabem-no os dependentes que contam hoje com uma verdadeira rede de cuidados continuados. Sabem-no todos os idosos que, graças ao Complemento Solidário, saíram da pobreza. Sabem-no os cidadãos e as empresas que viram a sua vida facilitada pelo Simplex: cartão de cidadão, declarações de IRS online e documento único automóvel, empresa na hora, informação empresarial simplificada, fim da obrigatoriedade de escritura pública para uma série de actos empresariais e das certidões negativas das finanças e da segurança social.

Estas são marcas do Partido Socialista que temos de saber valorizar, defender e aprofundar.

Estes foram também anos de requalificação da democracia e de reforço das políticas de igualdade. Basta recordar a limitação dos mandatos autárquicos, a reforma do Parlamento, que reforçou os poderes de fiscalização da Assembleia da República, ou a lei da paridade, que veio garantir uma representação mínima para ambos os sexos. São igualmente de sublinhar os avanços civilizacionais na legislação penal, na lei do divórcio, no combate à violência doméstica, na procriação medicamente assistida e no acesso ao casamento civil por pessoas do mesmo sexo. Mas há aqui uma mudança que, pela história de luta e mobilização social que envolveu e pelo avanço civilizacional que representou, merece lugar de destaque: o facto de as mulheres terem deixado de ser perseguidas e criminalizadas, com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez referendada no dia 11 de Fevereiro de 2007. Esta Moção dá garantias a todos os portugueses: com a sua aprovação, **o PS estará frontalmente contra novas consultas e alterações legislativas que ponham em causa a despenalização da interrupção voluntária da gravidez.**

2. A crise e a derrota de 5 de Junho

A partir de 2005 foram aprovadas importantes reformas e celebrados diversos acordos sociais que tornaram a segurança social, a legislação laboral e a administração pública mais adequadas às condições económicas e financeiras do país. A direita tinha-nos deixado um défice orçamental de 6,8% do PIB, mas em 2008 a despesa pública estava a caminho da consolidação, com um défice de 2,6%. A economia, por seu lado, começava a dar os primeiros sinais de crescimento.

Havia, no entanto, factores que se prendiam com a abertura e exposição da economia portuguesa a uma desregulação crescente da globalização económica que nenhum Governo nacional estava em condições de controlar isoladamente e que os progressistas, quando tiveram poder para isso, nos anos 90, não conseguiram contrariar. Essa desregulação, bem como a sua justificação pelas ideologias neoliberais, acentuou-se com o regresso da direita ao poder na América e na maioria dos governos da Europa, a partir de 2005. As características negativas do capitalismo financeiro acentuaram-se, culminando, em 2008, no eclodir da maior crise económica desde 1929.

Os Estados viram-se obrigados a não repetir os erros de omissão de 1929 e a agir, sem protecçonismos mas também sem deixar de assumir o primado da política. Ao mesmo tempo que perdiam receitas fiscais, em virtude da queda abrupta das economias, os governos nacionais tinham de injectar biliões nas suas instituições financeiras e de investir em medidas para acudir s famílias e às empresas vítimas da crise e da especulação irresponsável. Foi também esse o caminho que seguiu o Governo do PS, consciente de que o processo de consolidação orçamental que tinha iniciado com sucesso em 2005 se tornava secundário face  dimensão e  urgência da crise que tínhamos pela frente.

Infelizmente, as consequências financeiras deste necessário aumento da despesa e da dvida públicas foram objecto da especulação dos mercados financeiros e de agências financeiras de duvidosa reputação, muito motivadas, é justo diz-lo, pela resposta hesitante dada pela União Europeia  crise da dvida soberana de um dos Estados membros da zona euro, a Grécia. Os passos dados pela Europa, como a criação do mecanismo europeu de estabilização financeira ou a compra de dvida soberana por parte do BCE, revelaram-se manifestamente insuficientes.

Começava, em 2010, a crise da dvida soberana, que arrastou, também, a Irlanda e Portugal para um cenário de pedido de ajuda externa, recessão e desemprego, o que, em conjugação com a acção por vezes irresponsável das oposições internas, não podia deixar de penalizar fortemente os governos em funções. Foi o que nos aconteceu agora, nas eleições legislativas de 5 de Junho, em que o PS desceu de 36% (em 2009) para 28% dos votos.

Para voltarmos a ter a liderança política e social no país, é essencial perceber que a derrota de 5 de Junho não se explica apenas por factores internacionais e econmicos. Ela tem também causas políticas. Desde logo porque o PS nem sempre soube fazer a pedagogia da crise nem explicar suficientemente aos portugueses a sua dimensão internacional e europeia. Faltou mais debate no PS, outra capacidade de ouvir os militantes e de mobilizar as classes mdias trabalhadoras e os sectores dinâmicos da sociedade para as causas do PS e da governação nacional. Faltou-nos, no fundo, a partir de 2010, a Força das Ideias. É disso que começamos a tratar nesta Moção Global de Estratégia.

3. Compromissos e valores na liderança da oposição

Na oposição, a liderança e a recuperação do nosso Partido dependerão muito da força que tivermos para garantir a autonomia da estratégica do PS como grande partido da esquerda democrática. É disso que se trata nestas eleições para o cargo de Secretário-Geral do Partido Socialista. Saber quem está em melhores condições para liderar o partido e apresentar-se aos portugueses como próximo candidato a primeiro-ministro de Portugal.

Com a Força das Ideias, **assumimos os nossos compromissos, renovamos a nossa agenda mas não abdicamos dos nossos valores e do mandato que nos foi conferido pelo povo.**

O acordo assinado com o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu é para cumprir. Não faremos aquilo que outros fizeram ao país: boicotar acordos europeus e a reputação da nossa economia em nome de interesses partidários e de estratégias pessoais.

Respeitaremos escrupulosamente o mandato que os portugueses

deram ao PS: constituir-se como oposição responsável – mas oposição – que procura entendimentos sobre a concretização do acordo resultante do pedido de ajuda externa, fiel aos valores da esquerda democrática e à defesa do Estado Social. Dissemo-lo na campanha eleitoral e não podermos dizer outra coisa agora: a aplicação do acordo não obriga ao desmantelamento constitucional e económico dos pilares do Estado Social (serviços públicos de saúde, educação e segurança social, ou o princípio da justa causa nos despedimentos) nem  privatização da CGD, das águas de Portugal ou da televisão pública. Não nos posicionamos na esquerda imobilista e sabemos que o Estado Social se pode adaptar melhor às condições financeiras, mas nunca aceitaremos que, a pretexto da aplicação do acordo, se concretize o projecto de desmantelamento da Constituição Social apresentado pelo PSD no Verão de 2010 e oportunamente colocado na gaveta.

A última legislatura foi marcada por uma crispação inédita na história política do pós-25 de Abril, e logo no momento em que o país mais precisava de diálogo e respeito pelo interesse nacional. A rejeição parlamentar do chamado PEC IV, numa aliança entre esquerda radical e direita política, contra um governo minoritário, que nos conduziu imediatamente à crise política,  subida abrupta dos juros da dvida e ao pedido de ajuda externa, constituiu o auge dessa era de crispação que queremos ultrapassar.

Esperamos que agora, com responsabilidades acrescidas, e com maioria absoluta no parlamento, a direita saiba estar à altura dos acontecimentos e da vontade de diálogo dos portugueses. É que o clima de diálogo são pode ser construído se houver vontade e respeito entre todas as partes. E quem não se dá ao respeito não merece o respeito dos portugueses. **Esta candidatura d-se ao respeito e exige respeito pelo patrimnio e pela autonomia do Partido Socialista.** De resto, estaremos disponíveis para dialogar com todos sobre as melhores formas de tirarmos o país da situação financeira em que se encontra, mas também sobre as melhores soluções para a renovação da Europa e da República Portuguesa.

Sabemos que o mundo das ideias políticas e económicas está mais à direita do que nunca, por mérito dos nossos adversários ideológicos mas também por falta de comparência da esquerda democrática. Sabemos que sem mais Europa e sem uma globalização económica regulada as nossas ideias para Portugal não terão a mesma força. Sabemos que sem uma República renovada e sem instituições democráticas modernizadas nos faltarão os instrumentos que darão as condições óptimas  concretização das mudanças que contam. Estaremos activos no debate de ideias e no espaço público. Estaremos na linha da frente dos debates europeus. Estaremos disponíveis para as reformas institucionais que valem a pena.

Mas não ficaremos parados no Partido e na Assembleia da República,  espera que as condições apareçam ou que mais uma vez a alternância democrática faça por nos o trabalho que não fizemos. E já nesta primeira sessão legislativa, com base no debate que vai surgir desta campanha, com a Força das Ideias, vamos submeter à apreciação da Assembleia da República,  medida que se discute a aplicação das medidas acordadas com a “troika”, um conjunto de propostas centrado na promoção da qualidade de vida das classes mdias portuguesas: na economia e no emprego, na criatividade e na igualdade de oportunidades, nas cidades e nos serviços públicos.

II. Mudanças que contam

4. A esquerda democrática europeia no início do século XXI

Por um momento, a crise de 2008 parecia ter colocado em cheque as ideologias neoliberais e promovido a redescoberta das virtudes da intervenção pública na economia. Porém, a crise da dvida soberana que lhe sucedeu foi acompanhada pelo regresso triunfante dessas mesmas ideologias e das direitas em geral.

O renascimento dos nacionalismos e dos egoísmos individualistas, as vitórias eleitorais dos conservadorismos liberais, a chegada dos populismos ao poder em vários países europeus são hoje realidades que não podemos ignorar. Em toda a Europa é necessária hoje uma nova capacidade de intervenção da esquerda democrática para enfrentar o triunfo das direitas em sucessivas eleições nacionais e a redução da expressão eleitoral de socialistas e social-democratas para valores na ordem dos 30% dos votos. **Essa capacidade renovada começará a construir-se com sucesso se baseada numa reflexão sobre as novas dinâmicas económicas, sociais e políticas, no país e na Europa, mais do que no habitual ritual de exorcização do ciclo de esquerda agora encerrado.** Nessa reflexão há dilemas que têm de ser enfrentados se queremos renovar com sucesso o espaço da esquerda democrática.

Em primeiro lugar, os dilemas relativos à relação com o mercado. A participação na globalização requer um novo dinamismo das economias europeias que tem vias alternativas de concretização. Este é um domínio em que também há escolhas a fazer: a esquerda democrática não pode ter sobre o funcionamento dos mercados uma postura sobretudo negativa, limitando-se a corrigir as suas consequências através de políticas públicas redistributivas, nem uma ilusão planeadora alimentada por antigas tendências para a sacralização do Estado. **A dinamização das economias europeias exige a democratização dos mercados, isto é, menos custos de entrada e de saída e mais mobilidade empresarial, suportes essenciais da valorização do risco e da concorrência.** Essa democratização deve ser um requisito tão importante quanto o da regulação na definição de novas políticas económicas de esquerda visando a promoção do crescimento e da criação de emprego.

Em segundo lugar, os dilemas relativos à desigualdade. **O combate à desigualdade não se pode limitar ao combate à pobreza.** O crescimento económico sustentável é incompatível com o aprofundamento das desigualdades, não havendo razões sociais, económicas ou morais que justifiquem o crescimento exponencial dos rendimentos individuais sem progressividade fiscal que o desincentive. Em primeiro lugar, porque não há sucesso individual que não beneficie da existência de recursos colectivos. Depois, porque o investimento e o desenvolvimento empresarial são preteridos quando não há limites à busca do rendimento máximo no curto prazo. E, finalmente, porque quando a desigualdade é extrema o sentido de justiça social é moralmente abalado. Sobretudo em momentos de crise.

Em terceiro lugar, os dilemas relativos à sustentabilidade das políticas sociais. No quadro das transformações demográficas que hoje vivemos, **crecerão as solicitações ao estado social europeu ao mesmo tempo que crescerão os constrangimentos orçamentais.** O desenvolvimento do estado social será mais necessário do que nunca, pelo que a esquerda terá que garantir a sua sustentabilidade promovendo a eficiência, garantindo a estabilidade do financiamento e salvaguardando o interesse público geral no confronto com interesses corporativos particulares.

Em quarto lugar, os dilemas identitários. O renascimento dos nacionalismos e das paixões xenófobas e racistas, felizmente de baixa intensidade em Portugal, ameaça a construção da Europa e a coesão de cada país, podendo generalizar-se com facilidade em contextos de crise e de austeridade. A Europa e a globalização precisam de reformas, em particular de mais regulação democrática, mas são as aquisições civilizacionais fundamentais que têm de ser claramente defendidas pela esquerda democrática. Para isso são necessárias **novas políticas cosmopolitas que promovam e regulem as relações entre as nações e a mobilidade internacional das pessoas.**

Por fim, os dilemas da construção europeia. A Europa e as suas instituições são hoje dominadas pelas direitas e pelas suas ideias, o que torna mais difícil superar a crise nas suas múltiplas dimensões. Ao mesmo tempo, uma alternativa de esquerda em cada país europeu precisa de mais Europa para ser bem sucedida, pois só assim será possível fazer corresponder a escala política (transnacional) à escala económica (global). A construção europeia tem pois que incluir, hoje mais do que nunca, a construção de uma plataforma

política progressista, de ser interpartidária tanto quanto intergovernamental. A nossa agenda progressista precisa de escala. **O destino da esquerda democrática ou se realiza no espaço europeu ou nunca se realizará em toda a sua plenitude.**

5. Mais Europa, globalização regulada

Do Tratado de Roma ao Tratado de Lisboa, a história da Europa foi uma história de sucesso. Foi a história de um projecto que assegurou nas últimas cinco décadas a paz e o desenvolvimento, um modelo de governação que inspira outras regiões do mundo, um espaço de liberdade e progresso social que atrai todos os povos do continente. Mas, como não se tem cansado de lembrar o fundador do PS, Mário Soares, nos últimos anos tem faltado liderança e europeísmo à Europa. Apesar de todos os sucessos, o projecto europeu vive hoje a sua maior crise de sempre, no quadro da qual se poderá tornar mais difícil promover o desenvolvimento do país.

A crise financeira internacional e as crises da dívida soberana tornaram evidentes algumas fragilidades institucionais e políticas da zona euro. Entre essas fragilidades destaca-se a desvalorização da política macroeconómica e do papel do Estado na economia. A estabilização económica e a convergência entre Estados-membros seriam asseguradas por um funcionamento eficiente dos mercados, sem necessidade de intervenção estatal, dependendo apenas do cumprimento estrito de um pequeno conjunto de regras: orçamentais, como consta do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), e monetárias, como consta dos estatutos do Banco Central Europeu (BCE), que deve ter como objectivo primordial a estabilidade dos preços.

O crescimento económico e o emprego transformam-se, assim, em objectivos indirectos de política económica, resultando apenas de um funcionamento eficiente dos mercados, o que requer a criação de uma cultura de estabilidade e previsibilidade que minimize a intervenção e regulação do Estado. Ou seja, a União Monetária eliminou todos os instrumentos de política económica que, desde Keynes, tinham provado ser necessários para garantir níveis elevados de crescimento e emprego. O real problema surgiu quando os efeitos da crise acabaram por ser agravados pela arquitectura institucional da moeda única.

A desvalorização do papel expansionista da política orçamental, consagrada no PEC, levou os vários governos europeus a responder tardiamente à desaceleração económica iniciada em 2008. A resposta só surgiu no final de 2008, e mesmo assim timidamente, ficando aquém, por exemplo, do que foi feito em países como os EUA e a China. Esta resposta foi ditada pela necessidade de salvar o sector financeiro europeu e evitar a repetição da Grande Depressão. Mas esta necessidade acabou por revelar uma contradição na actual arquitectura institucional da zona euro: apesar de se ter tornado evidente que a intervenção do Estado era necessária, não se criaram mecanismos para sustentar e financiar os custos dessa mesma intervenção. O resultado foi a crise da dívida soberana.

Ao contrário da narrativa dominante, a rápida subida dos défices foi sobretudo uma consequência – e não uma causa – da crise. Para além do aumento da despesa para estimular a economia e evitar o colapso do sector financeiro, como acordado entre os países e a Comissão Europeia, a recessão levou a um aumento automático das despesas com prestações sociais e a uma redução das receitas fiscais.

Embora o caso grego tenha singularidades, o agudizar da crise nesse país em Maio de 2010 levou a uma inversão da estratégia económica. Contrariando as teses que justificaram a intervenção no final de 2008, e apesar da actividade económica ser ainda muito débil e do desemprego continuar a aumentar, o défice público e o comportamento irresponsável dos governos passaram a ser vistos como uma das duas principais ameaças à estabilidade na zona euro. A outra é o elevado nível de dívida privada nos países periféricos, que resultam de uma suposta perda de competitividade, justificada por um crescimento excessivo dos salários.

Em suma: a actual crise europeia tem sido explicada por falhas

éticas e comportamentais de alguns Estados, e não como um problema sistémico que resulta de uma disfunção institucional da zona euro. E assim se transformou uma crise financeira internacional, que tinha desacreditado a ideologia neoliberal e reabilitado a intervenção do Estado na economia, numa oportunidade de reafirmar a necessidade dessa mesma ideologia. Apesar de ter havido alguns avanços, como a federalização de mecanismos de supervisão financeira e a criação do semestre europeu, a chamada governação económica da zona euro não é uma verdadeira reforma institucional, uma vez que apenas reforça instrumentos de disciplina orçamental já existentes. De facto, onde inova, como no caso da correcção dos desequilíbrios macroeconómicos, socorre-se de uma concepção de competitividade simplista, assente na necessidade de reformas estruturais cujo objectivo é a desregulação dos mercados, o aumento da concorrência e a compressão salarial.

O aumento do endividamento dos países periféricos não deve ter uma leitura moral e culpabilizadora. Tratou-se de uma resposta previsível numa economia de mercado: a redução drástica das taxas de juro levou a um aumento da procura de crédito. Os défices externos dos países periféricos são, pois, a consequência das legítimas aspirações dos países mais pobres e da grande disparidade de nível de desenvolvimento que existe entre o centro e a sua periferia. E são a confirmação de que o simples funcionamento eficiente dos mercados e o controlo dos défices orçamentais não promove qualquer tipo de convergência, antes amplia divergências previamente existentes.

A ideia que os países com excedentes são virtuosos e constituem o modelo que todos devem seguir é uma impossibilidade económica, não podendo, portanto, ser considerada uma via para sair da crise. Isto não significa que os países periféricos não tenham um problema de competitividade e de endividamento, mas apenas que a sua adequada resolução não pode passar por um ajustamento assimétrico, dependente apenas do esforço destes países, e de políticas de austeridade que agravam a recessão e que, juntamente com as reformas estruturais que têm vindo a ser exigidas, pouco ou nada resolvem.

Porque não pretendem voltar aos tempos do proteccionismo económico nem apostar na política do medo, os socialistas europeus devem reconhecer as dificuldades estruturais que atravessam, e olhar a Europa, apesar de todas as disfunções institucionais, como espaço privilegiado para as ultrapassar. Precisamos de escala para concretizar uma agenda renovada e socialmente agregadora. **O Partido Socialista está disponível para a construção de uma plataforma política europeia e progressista**, e esta candidatura lança ideias para os vários debates que teremos pela frente, defendendo:

- a necessidade de garantir a sustentabilidade das finanças públicas, sem, contudo, sacrificar o investimento público modernizador e o Estado Social;
- a criação de um governo económico europeu que implique um reforço do orçamento comunitário e a criação de dívida europeia (eurobonds) para financiar projectos de investimento modernizador e desenvolver políticas de estabilização macroeconómica de âmbito federal;
- o reforço dos mecanismos de controlo democrático das instituições europeias;
- a reforma da supervisão do sector financeiro, que requer a criação de agências de rating europeias;
- o aumento de recursos próprios da UE, através da criação de um imposto europeu sobre transacções financeiras (financial transaction tax);
- o reforço das políticas europeias de harmonização fiscal, ambiental e social em detrimento da liberalização e da desregulação;
- o combate aos paraísos fiscais e à evasão fiscal;
- a valorização do movimento sindical europeu;
- e, no curto prazo, a suspensão da comparticipação nacional na aplicação de fundos europeus durante o período de resgate.

A Europa deve liderar este movimento pelo aprofundamento

dos direitos sociais e da democracia no mundo. Deve defender a sério a regulação dos mercados. Se a dimensão dos Estados-nação não é compatível com a escala do capitalismo financeiro, então terá de ser à escala global que a economia política terá de regressar. Nesse sentido, esta candidatura revê-se na reforma das instituições de Bretton Woods (FMI, Banco Mundial), há muito adiada, e nas linhas gerais da proposta de reforma das Nações Unidas preconizada recentemente por Jacques Delors, em particular na ideia de criação de um Conselho de Segurança Económica, responsável pelo equilíbrio das trocas comerciais e das transacções financeiras. De facto, não é possível discutir os desafios da economia portuguesa sem atender a este enquadramento internacional. O futuro depende de nós, mas também de uma profunda reforma institucional da zona euro. Os problemas de competitividade da economia portuguesa não se resolvem com austeridade, a liberalização dos despedimentos, descida dos impostos sobre as empresas e subida dos impostos sobre o consumo. Para que Portugal tenha futuro como uma economia competitiva na zona euro são precisas reformas estruturais de outra natureza.

A economia portuguesa tem um problema estrutural que reside sobretudo no seu perfil de especialização produtiva. Fruto principalmente do seu atraso histórico, a estrutura produtiva portuguesa está demasiado dependente de sectores pouco intensivos em inovação e conhecimento, de reduzido valor acrescentado, com procuras internacionais pouco dinâmicas ou em que a concorrência internacional é muito intensa. Os processos de alargamento da União Europeia aos países do Leste europeu, de entrada da China na Organização Mundial de Comércio e de redução das tarifas aduaneiras sobre as importações dos bens das economias emergentes, positivos em si mesmos, conduziram no entanto a um choque assimétrico que intensificou as pressões sobre a economia portuguesa. Ora, a actual arquitectura institucional da zona euro não facilita o processo de ajustamento necessário para responder a estes desafios.

Ao contrário da narrativa dominante, os custos unitários do trabalho, o indicador usado para aferir a competitividade da economia portuguesa, não reflectem um crescimento excessivo dos salários. É antes o sintoma de uma disfunção institucional que não promove qualquer tipo de convergência porque retira margem de manobra aos estados para modernizar e requalificar o tecido produtivo e porque introduz incentivos perversos que favorecem o investimento em sectores de bens não transaccionáveis, não sujeitos à concorrência internacional e, por isso, mais rentáveis. Assim, é pouco provável que uma descida dos custos do trabalho venha a ter grandes impactos na competitividade de uma economia que já tem dos salários mais baixos da Europa. A competitividade da economia portuguesa passa sobretudo pela qualificação dos recursos humanos, do tecido produtivo, do seu território e do próprio Estado. **Modernizar não passa por reduzir preço dos produtos que Portugal já produz; modernizar passa por produzir diferente, mais e melhor.**

6. Portugal, sociedade mais rica, justa e criativa

Prevaleceu na esquerda democrática, após a queda do Muro de Berlim, a ideia de uma divisão do trabalho demasiado rígida entre o mercado, a quem caberia a responsabilidade de criação de riqueza, e o Estado, responsável pela luta contra a pobreza e a exclusão. Esta divisão produziu consequências negativas: levou a uma dualização entre vencedores (profissionais altamente qualificados dos serviços) e os perdedores (trabalhadores manuais de indústrias em declínio nos países centrais) e à fragilização das classes médias; desestabilizou os sistemas de relações laborais e estimulou a precariedade laboral; e colocou no Estado Social o ónus da luta contra a pobreza e a exclusão, ao mesmo tempo que desvalorizou o objectivo de redistribuição e de correcção das desigualdades socioeconómicas.

Devendo os socialistas garantir o bem-estar das classes médias

– do qual depende o equilíbrio social em que floresce uma democracia dinâmica –, a estratégia não deve assentar no estímulo de sectores económicos caracterizados pelos baixos salários e pela precariedade laboral, que produz uma polarização social. A direita convive bem com esta realidade, mas ela colide com o projecto histórico da esquerda democrática de garantir que o crescimento económico serve o maior número possível de cidadãos – em particular os que menos recursos dispõem – e que este se traduz em níveis de segurança económica e de bem-estar individual e colectivo. É, por isso, necessário deixar claro nesta moção global de estratégia o que para nós distingue o projecto da esquerda democrática do Partido Socialista do da direita neoliberal em três dimensões essenciais: o papel do Estado no modelo de desenvolvimento; a estratégia relativa ao emprego e às relações laborais; e a concepção de Estado Social.

Estado Estratega. Durante muito tempo, devido às baixas qualificações de grande parte da mão-de-obra, a estratégias empresariais de curto prazo e a opções de política económica, como as desvalorizações competitivas ou a estagnação do salário mínimo, o padrão de especialização da economia portuguesa evoluiu lentamente, em particular nos sectores transaccionáveis. O impacto da adesão ao Euro, da entrada da China nos mercados mundiais e do alargamento da União Europeia aos países de Leste transformou radicalmente o mundo em que o país podia beneficiar do equilíbrio ancorado no tríptico baixos salários, baixas qualificações, baixo desemprego. Esse mundo não voltará, sendo impossível enfrentar a globalização comercial continuando a concorrer com base em baixos salários em actividades de baixo valor acrescentado – a não ser que o país esteja disposto a reduzir salários (e nível de vida) de forma violenta e impensável numa democracia.

É verdade que o fim da crença no plano quinquenal e a crítica ao salvamento de indústrias em declínio e ao apoio aos “campeões nacionais” legitimaram a ideia de que o Estado não devia ter qualquer papel na criação de riqueza que não fosse o estabelecimento de um ambiente de negócios com baixos custos de contexto. No entanto, é pelos motivos acima expostos que hoje, em Portugal, o papel das políticas públicas de incentivo à inovação e de aposta nas indústrias do futuro – o que no passado se chamava política industrial – é tão importante. Onde a direita acha que basta reduzir os custos de contexto para toda a actividade económica, qualquer que ela seja, a esquerda democrática deve ser capaz de defender o papel do Estado na transformação acelerada do padrão de especialização do tecido produtivo. O Estado deve utilizar de forma inteligente os instrumentos à sua disposição: investimento público, incentivos fiscais, subsídios. O Estado que preconizamos não protege sectores em declínio, mas ajuda a estimular e a robustecer as indústrias e serviços nascentes.

Existem oportunidades de desenvolvimento em áreas onde a nossa economia beneficia de vantagens comparativas, tanto decorrentes dos recursos culturais e naturais – na língua, no turismo, nas indústrias ambientais, no mar e na floresta, na agricultura de especialidades – como da trajectória passada – na química e petroquímica, na metalomecânica, nos plásticos, no vidro e na cerâmica, nos têxteis e no calçado, que devem continuar a aprofundar a reconversão que lhes permitiu reencontrar o caminho do progresso. Mas outras actividades existem que o Estado deve continuar a incentivar activamente, através da formação de recursos humanos e do investimento público e privado, apostando em sectores de alto valor acrescentado e contribuindo para alargar a nossa base industrial. As vantagens comparativas não se herdaram apenas: elas criam-se através de apostas inteligentes.

Neste contexto, a modernização só é possível através de dinâmicas de qualificação.

Antes de mais, a qualificação dos recursos humanos – onde, apesar dos avanços recentes, Portugal ainda é o segundo pior país da UE27. O legado histórico da desresponsabilização do Estado durante décadas nesta área é ainda impressionante. Quando outras nações partiram para a escolarização de massas e para a qualificação profissional da generalidade da população, e apostaram na formação de quadros superiores de elevada competência, Portugal

ficou paralisado por um pensamento neo-elitista e por interesses corporativos de visão curta que persistiu na rarefacção de oportunidades e atrasou-se na produção de doutores e investigadores. Seria desastroso para o país que o neo-elitismo e o corporativismo capturassem de novo a educação, a formação, o ensino superior e a investigação científica, e reduzissem o esforço do Estado na educação para todos, de todas gerações e a todos os níveis como uma prioridade estruturante da sua política de recuperação do atraso estrutural.

A qualificação de que o país necessita não é apenas a dos trabalhadores, é também a dos empresários. Práticas de gestão mais inteligentes não são apenas um instrumento para reduzir os custos unitários do trabalho sem sacrificar o emprego, os salários ou as contribuições patronais. São também uma forma de melhorar a qualidade dos empregos e das relações sociais dentro das empresas, que não devem ser vistas apenas como o espaço onde se desenvolve uma relação contratual de trabalho, mas como organizações onde a qualidade das relações sociais é essencial para motivar os trabalhadores e aumentar a sua produtividade.

Qualificação, ainda, do território enquanto ecossistema socio-económico. Neste contexto, as cidades são hoje territórios-chave de uma economia internacionalizada, onde o conhecimento e a criatividade se assumem como factores cada vez mais críticos. É nas zonas urbanas que se concentram potencial humano, empresas e infra-estruturas, sendo essencial promover as suas capacidades de atracção de investimento e de desenvolvimento de indústrias de maior valor acrescentado. Assim, a valorização das zonas urbanas, a melhoria da qualidade de vida urbana e a aposta nos seus factores de competitividade específicos devem estar no centro do discurso político do PS e das candidaturas autárquicas de 2013.

Neste domínio, deve promover-se uma política de valorização das cidades portuguesas, em particular das duas maiores áreas metropolitanas, como locais estratégicos para a promoção de uma cultura de inovação e das actividades de alto valor acrescentado. Deve intensificar-se a aposta na investigação e desenvolvimento e na excelência dos estabelecimentos de ensino superior. Deve incentivar-se o desenvolvimento de actividades culturais, criativas e tecnológicas. Deve garantir-se a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, a sua valorização pessoal e profissional e o exercício de uma cidadania activa.

Por tudo isto, o incentivo à reabilitação urbana, a acessibilidade dos equipamentos sociais (creches, escolas, centros de saúde, culturais e espaços verdes), a garantia de acesso a uma habitação digna e de qualidade para todos os cidadãos e a aposta numa mobilidade mais sustentável e no desenvolvimento das infra-estruturas de transporte de pessoas e mercadorias (ferroviárias, aeroportuárias, portuárias e logísticas) constituem para nós prioridades incontornáveis. Prioridades que devem ser concretizadas num quadro de promoção da sustentabilidade ambiental, de que são exemplos os apoios à melhoria da eficiência energética nos projectos de reabilitação urbana, ou as medidas de suporte à mobilidade eléctrica no desenvolvimento das infra-estruturas de transporte.

Qualificação, por fim, do Estado e da administração pública, e muito em particular das políticas públicas postas em prática. A intervenção pública numa economia complexa como aquela em que vivemos deve – para ser eficaz, eficiente e justa – ser não apenas inteligente e atenta aos efeitos perversos que possa involuntariamente produzir, mas também persistente e capaz de aprender com os erros. Políticas públicas que intervêm sobre as instituições da economia não funcionam como uma varinha mágica, mas exigem um trabalho paciente e sistemático de monitorização e avaliação.

Emprego e relações laborais. A direita tem uma solução para a questão do desemprego, que passa por desregular e individualizar as relações laborais, retirar poder de negociação aos sindicatos e intensificar os mecanismos disciplinadores do mercado sobre os trabalhadores. Espera, com isso, reduzir o desemprego, mesmo que à custa de salários mais baixos e empregos menos protegidos – ou seja, mesmo que, a nível individual, à custa da desclassificação profissional e social, sacrificando muitas vezes experiência adquirida ou qualificações obtidas e, a nível colectivo, estimulando a

especialização em empregos pouco qualificados e em actividades de baixo valor acrescentado.

A esquerda democrática demarca-se deste caminho e aposta em qualificar o mundo do trabalho para viabilizar as empresas e os empregos com futuro, porque quer proteger a mobilidade profissional através da reorientação da despesa pública em políticas de emprego e porque prefere a adaptabilidade interna das empresas à precarização do emprego.

Com o problema da rigidez legal da legislação laboral resolvido pela reforma de 2009 do Código do Trabalho e pelo acordo tripartido de Março deste ano, o que o país carece é de que as políticas públicas e o sistema de relações laborais (da concertação social à negociação colectiva de sector e de empresa) respondam de forma integrada àqueles desafios, conjugando as competências e as capacidades dos poderes públicos com as dos parceiros sociais. O esforço de qualificação é também institucional, e passa pelo reforço continuado da concertação social e dos parceiros sociais. Tal é essencial para que a coordenação entre actores colectivos seja capaz de levar a cabo a política de rendimentos que garanta a moderação salarial que o país necessita nos próximos anos.

A resposta que é preciso pôr em prática sabe que a redução do desemprego deve combinar a salvaguarda dos empregos viáveis pelo reforço da adaptabilidade interna das empresas (que permite combinações virtuosas entre respostas atempadas às mudanças nos mercados com a melhoria da conciliação entre a vida pessoal e profissional) com a criação de novos empregos em empresas competitivas que permitam salários dignos e boas condições de trabalho. Esta estratégia não recusa as formas atípicas de emprego, mas combate activamente a segmentação dos mercados de trabalho, que concentram nos empregos precários menos segurança de emprego, menores oportunidades de educação e de formação, piores salários e piores expectativas de progresso salarial e menores níveis de protecção social, particularmente no desemprego.

Os tempos exigem escolhas difíceis para construir um novo equilíbrio social e geracional. Essas escolhas implicam perceber a extensão da marginalização das novas gerações dos benefícios do modelo de relações laborais que temos e aceitar a necessidade de encontrar novos equilíbrios entre direitos e deveres nas relações de trabalho. Implicam, também, uma mais forte articulação entre políticas de trabalho e emprego com políticas económicas e fiscais que promovam o crescimento e a redução das desigualdades.

Temos, ainda, de combinar a intervenção reguladora mais macro do sistema de relações laborais com múltiplas políticas micro de apoio à criação de emprego, de que são exemplo a concessão publicamente garantida de microcrédito e os incentivos à economia social, ao cooperativismo e ao empreendedorismo. Temos, por fim, de incentivar a erradicação de discriminações no acesso ao emprego e nas oportunidades de progressão no mundo do trabalho através de políticas que fomentem a igualdade de género e a igualdade salarial. Ao longo dos últimos anos, e através do acesso à educação, as mulheres tornaram-se a maioria das pessoas a concluir com sucesso a frequência do ensino superior. Importa, pois, beneficiar da participação destas mulheres altamente qualificadas nas áreas científicas e técnicas. Assumir um compromisso público com a igualdade de género é responder mais efectivamente às vontades e necessidades pessoais, bem como, simultaneamente, garantir uma eficiente afectação de recursos humanos e financeiros de forma mais produtiva e, sobretudo, mais justa.

O Estado Social. O Estado Social não pode ser pensado de forma isolada do Estado Estratega e do sistema de relações laborais. Por isso, é necessário prestar atenção à distribuição primária de rendimentos, que se realiza por via do trabalho e antes da acção redistributiva via imposto. No entanto, a redistribuição é essencial, não apenas porque uma sociedade civilizada deve garantir mínimos de bem-estar, mas também porque o mercado é injusto a distribuir recursos e a corrigir os efeitos de lotaria da natureza, da família e (parcialmente) do mercado. Um Estado capaz de redistribuir eficazmente os rendimentos é garantia de uma sociedade mais justa e coesa.

Hoje, o peso das despesas sociais no PIB – inevitável devido à

queda do produto em 2009 e neste ano, bem como ao efeito contra-cíclico dos estabilizadores automáticos – tem levado a direita a afirmar que o Estado Social é financeiramente insustentável. É verdade que os valores actuais da despesa social pública são historicamente muito elevados, mas as experiências passadas em outros países em recessão (como os países nórdicos na primeira metade de anos 90 do século passado) mostram como o Estado Social pode ser protegido e chegar ao fim da crise mais modernizado. Na verdade, os que defendem a inviabilidade do Estado Social são os mesmos que sempre disseram que este era um luxo num país pobre e estão à oportunidade que a história lhes dê razão.

Contudo, o futuro do Estado Social depende menos de inevitabilidades do que de políticas, e estas dependem de prioridades. O Partido Socialista reconhece ser necessário recalibrar o modelo de protecção social de modo a combinar sustentabilidade financeira, eficácia das políticas e equidade nos recursos distribuídos – mas este trabalho é contínuo por definição e nunca está finalizado. A diferença, aqui, está entre aqueles que querem fazê-lo com o objectivo de manter o modelo social existente e aqueles que, a curto ou médio prazo, pretendem destruí-lo.

O Estado Social foi em grande medida construído para lidar com riscos tradicionais – velhice, invalidez, doença e desemprego –, mas outros novos riscos colocaram pressão financeira, institucional e política sobre a arquitectura de sistemas públicos tradicionalmente difíceis de reformar: o desemprego de longa duração, a inserção profissional e protecção social dos jovens, o problema dos trabalhadores pobres, ou a compatibilização da vida profissional com a vida familiar. O Partido Socialista considera que o Estado Social deve modernizar-se e qualificar-se, de modo a conseguir compatibilizar a resposta aos riscos tradicionais com a resposta aos que resultam das mudanças socioeconómicas.

Ao contrário da direita, para a esquerda democrática as prestações sociais não são “ajudas do Estado”, são direitos sociais. No contexto actual, como acontece em momentos de elevado desemprego, a retórica populista procura aproveitar-se do descontentamento de muitos para fazer passar a imagem da existência de fraude generalizada na atribuição das prestações sociais. O Partido Socialista estará sempre do lado do respeito dos critérios de atribuição das prestações, mas nunca da estigmatização de quem as recebe. Onde a direita explora os sentimentos de inveja, o Partido Socialista fará a pedagogia da centralidade dos direitos sociais para uma sociedade justa, que protege com dignidade aqueles que menos recursos económicos, sociais e culturais dispõem para enfrentar os efeitos negativos que os mecanismos de mercado não podem deixar de produzir.

Um Estado Social amplo dispõe de instrumentos redistributivos de luta contra a pobreza, garante de mínimos sociais e económicos de cidadania, **e intervém também no sentido de corrigir as desigualdades que as diferentes lotarias produzem nas condições e horizontes de vida dos indivíduos ao longo da vida,** e que tem efeitos inter-geracionais. Por isso, é um Estado Social que se dirige a todos os cidadãos – e não apenas aos pobres – e trata-os como tal, e não como falhados ou irresponsáveis.

Os critérios do universalismo e da cidadania têm uma tradução na concepção do papel dos serviços públicos, que devem permanecer públicos, de acesso universal tendencialmente gratuito e de qualidade. O Partido Socialista orgulha-se da construção de um Serviço Nacional de Saúde com desempenho de qualidade reconhecida pelos indicadores internacionais. Como se orgulha de ser o partido que mais fez pela escola pública quando no governo. E de ser o partido da segurança social pública sustentável e o mais empenhado nas políticas activas de emprego. Saúde, educação, segurança social são direitos dos cidadãos e como tal têm que ser tratados. O Partido Socialista opor-se-á a todas as tentativas da sua mercantilização ou privatização, para as quais nem as medidas de excepção com que temos de viver apontam. Denunciaremos todas as tentativas de os destruir pela sua descapitalização ou subfinanciamento. Onde a direita concretizou esse objectivo, as sociedades demoraram décadas a recuperar da fractura social consequente.

7. A renovação da República

A abstenção eleitoral não tem parado de crescer de eleição para eleição e, com humildade e seriedade, nunca poderemos explicar um fenómeno desta dimensão exclusivamente pela qualidade dos cadernos eleitorais. As atitudes negativas sobre o sistema político aumentam. As taxas de filiação partidária e de identificação com os partidos diminuem. A maioria dos portugueses sente-se distante do poder e não confia nas instituições democráticas por excelência, como a Assembleia da República e os partidos políticos. A imagem do poder judicial degrada-se igualmente a olhos vistos. O panorama torna-se ainda mais preocupante se verificarmos a baixa intensidade da participação cívica e extrapartidária em Portugal, bem como o declínio da representatividade dos sindicatos. Sem participação democrática e sem instituições fortes a democracia portuguesa fica sem os instrumentos para que os seus agentes possam introduzir com sucesso reformas estruturais necessárias. Não há boas políticas sem boa política. **Não há qualidade das políticas sem qualidade da democracia. A renovação da República é uma condição essencial para a concretização da sociedade mais rica, mais justa e criativa que ambicionamos.**

A renovação da República é, portanto, urgente. Por isso, o PS deve reafirmar uma vez mais a sua disponibilidade para, em diálogo com os outros partidos representados na Assembleia da República, se chegar a um entendimento sobre as melhores formas de Portugal credibilizar, consolidar e modernizar as suas instituições. Um processo de diálogo público e transparente em que cada um diz ao que vem e coloca as suas ideias de forma clara perante todos os portugueses.

Estas são as áreas de reforma institucional e política que vamos, a partir de hoje, começar a discutir com os socialistas e com o país.

Reforma da justiça. A reforma da justiça deve prosseguir uma política que integre diferentes medidas de modernização e simplificação de procedimentos, de racionalização de meios e do mapa judiciário e de promoção de meios alternativos de resolução de litígios. Há que centrar a reforma da justiça nas medidas essenciais para as pessoas e para as empresas, reforçando os níveis de confiança e de garantia efectiva de direitos. É prioritário melhorar o acesso à justiça, aumentar a previsibilidade do tempo da decisão e diminuir a aleatoriedade do resultado judicial, reduzir custos de contexto, simplificar actos e processos e melhorar a eficiência do sistema, em especial dos processos de execução de créditos e de cobrança de dívidas.

Reforma do sistema eleitoral da Assembleia da República. Esta candidatura defende um novo sistema de representação proporcional personalizada, que combine círculos uninominais de candidatura com uma representação proporcional, assegurada pela criação de um círculo nacional e por círculos distritais ou regionais parciais (de compensação), admitindo uma redução do número de deputados que não ponha em causa essa aproximação entre eleitores e eleitos e a representação das correntes políticas minoritárias. Mas não estamos fechados no nosso modelo, e estamos disponíveis para discutir os méritos de outros projectos que possam surgir e que preconizem, nomeadamente, a possibilidade de redução da dimensão dos círculos eleitorais maiores ou a criação de listas eleitorais abertas, perante as quais os cidadãos eleitores possam ordenar as suas preferências quanto aos candidatos que se apresentam ao escrutínio popular.

Reforma global e estratégica do modelo de governação territorial do Estado. Esta reforma deve fazer-se nas suas diferentes escalas e assentar num reforço da desconcentração e da descentralização, articulando-se a reforma da administração desconcentrada do Estado com a reforma administrativa do país, à escala metropolitana, municipal e de freguesia. A reforma da administração desconcentrada do Estado deve ter como etapa fundamental a reorganização em torno das actuais CCDR das várias delegações regionais e distritais dos ministérios – passo decisivo para um futuro e alargado acordo interpartidário sobre a regionalização administrativa. Em simultâneo, temos de avançar decisivamente na reforma administrativa e do modelo de governação das áreas metropolitanas,

dos municípios e das freguesias, através de um aprofundamento da descentralização de competências e meios do Estado para as áreas metropolitanas e para os municípios e destes para as freguesias, bem como da alteração dos modelos de governação metropolitano e municipal e da racionalização do mapa administrativo. É necessário, por um lado, redefinir o modelo de governação e funcionamento das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, reforçando competências e legitimidade através da eleição directa dos seus órgãos políticos. Por outro lado, é decisiva a reforma do modelo de governo dos municípios, com a consagração de executivos maioritários e o reforço dos poderes de fiscalização atribuídos às assembleias municipais.

III. Os próximos desafios do PS

8. A modernização do Partido Socialista

A renovação da República começa na renovação da forma de fazer política nos partidos. Os partidos políticos portugueses têm beneficiado do monopólio que a Constituição lhes confere no acesso à Assembleia da República mas nem sempre têm dado à sociedade os resultados, as oportunidades de participação e os sinais de abertura correspondentes.

Nas últimas duas legislaturas deram-se passos importantes no sentido da qualificação democrática. A reforma do parlamento veio reforçar as condições de fiscalização do executivo e dignificou a Assembleia da República como espaço de debate público por excelência. A lei da paridade veio trazer para a vida parlamentar a participação de mais mulheres e com isso enriqueceu a representatividade democrática da Assembleia da República. A limitação dos mandatos executivos autárquicos surgiu como uma forma de incentivo à renovação dos agentes políticos. Mas é preciso mais. Sobretudo, é preciso que os partidos dêem o exemplo.

Em primeiro lugar, o próprio conceito de “vida interna dos partidos” deve desaparecer do nosso discurso. A Constituição da República e, através dela, os portugueses, conferem aos partidos privilégios de representação que não são compatíveis com práticas menos transparentes, com processos de decisão obscuros ou com estratégias de fechamento. A vida dos partidos diz respeito a todos, militantes, simpatizantes, cidadãos. É de facto uma questão de cidadania.

O PS esteve na linha da frente das reformas do sistema político e partidário nos últimos anos. Se esta candidatura e esta moção de estratégia merecerem a confiança da maioria dos seus militantes, assim vai continuar a ser. E vai desde logo acontecer no próprio PS. Temos dito e reafirmamos. Connosco, a defesa radical da democracia começa em casa.

Connosco, o PS será o partido da palavra, de palavra e de acção.

A modernização do PS passa, evidentemente, pelo aumento da sua influência social. **O Partido tem de ser capaz de atrair para a participação e para a decisão um número cada vez mais significativo de votantes e simpatizantes.** De facto, as decisões partilhadas com os eleitores mais identificados com o PS permitirão uma maior proximidade entre eleitores e eleitos e um maior sentimento de identificação em relação às suas propostas. Queremos que este aprofundamento democrático se faça com a introdução de eleições primárias em que participem militantes, simpatizantes e eleitores, para o efeito registados. Iniciaremos este processo com a escolha dos presidentes de câmaras municipais nas já próximas eleições autárquicas.

Também temos de ser capazes de reconstruir espaços de opinião e participação junto de todos os portugueses que defendem o progresso social: nas universidades, nas associações, no sindicalismo, nas redes e movimentos sociais. A força das nossas ideias e das propostas é indissociável da nossa capacidade em dialogar com estes espaços de intervenção social.

A Convenção da Esquerda Democrática. Os valores da esquerda democrática perderam força no debate de ideias e,

consequentemente, nas instituições e em importantes áreas de estudo, como a economia. O PS poderá e deverá constituir-se como espaço permanente de debate e discussão que permita enquadrar afinidades e suscitar a discussão pública que reforce os pontos de vista e as propostas da esquerda democrática. Neste aspecto, a Fundação Res Publica, na sua esfera própria de intervenção, será determinante na criação das condições e do ambiente adequados à concretização deste objectivo. Temos de ser ambiciosos e alargar o nosso espaço de representação e debate. Temos de começar a preparar, ainda em 2012, e realizar até ao final de 2013 uma grande Convenção da Esquerda Democrática, à semelhança da realizada em 1986 e na linha dos Estados Gerais para uma Nova Maioria de 1994 e das Novas Fronteiras de 2005, onde será apresentado um programa do PS para a próxima década.

A força da esquerda democrática não se esgota no partido que a corporiza, o PS. Na esquerda democrática inclui-se o velho aliado dos partidos socialistas que é o movimento sindical, mas também o sector social de inspiração laica, republicana e socialista e as novas correntes de formação de pensamento e produção de opinião, bem como as novas redes que se estabelecem, das redes sociais aos clubes de reflexão, de associações semiformais aos movimentos informais de cidadãos. É com os militantes do PS, com os contributos do Gabinete de Estudos e com todo este movimento da esquerda democrática que contamos para o processo de renovação programática que culminará na Convenção.

Gabinete de Estudos. O Gabinete de Estudos, previsto nos Estatutos do Partido Socialista, deve funcionar de forma profissionalizada a nível nacional para que: desenvolva e mantenha uma base de dados de políticas do PS (e dos partidos socialistas de outros países), disponibilizando documentos sobre as políticas desenvolvidas pelo partido no Governo, AR e autarquias; recolha e sistematize a informação pormenorizada sobre o trabalho feito ao longo dos últimos seis anos de Governo; acompanhe as propostas principais do novo governo e prepare argumentários para as posições defendidas pelo PS, divulgando-os pelas estruturas do partido; organize os grupos de trabalho, compostos por especialistas, dirigentes e activistas, que irão trabalhar em políticas sectoriais ao longo dos próximos anos.

Sindicalismo democrático. O PS tem de definir uma estratégia sindical, necessidade identificada em anteriores moções de estratégia e ainda por concretizar. Não pode ser indiferente à participação sindical dos seus militantes e simpatizantes e não pode ser indiferente à evolução dos sindicatos. Entendemos que o sindicalismo deve ser tema de reflexão profunda, discutindo conceitos e modelos existentes por toda a Europa. O respeito do PS pelos sindicatos e pelas centrais sindicais não pode ser justificação para a ausência de estratégia. Assim, será organizado até ao final deste ano um grande debate, em parceria com a Fundação Res Publica e a Tendência Sindical Socialista, sobre o futuro do sindicalismo democrático, parceiro natural de uma esquerda de governo socialmente enraizada. Mas não nos ficaremos pela reflexão: o PS deverá dar inerência ao Coordenador da Tendência Sindical do Partido Socialista no Secretariado Nacional, de forma a dignificar e estreitar relações com o mundo sindical.

Movimentos sociais. Os movimentos sociais e as novas formas de participação cívica são heterogéneos, disseminados e informais, mas têm ganho uma importância crescente na esfera pública. Basta recordar a forma como os movimentos em torno da igualdade foram determinantes num passado recente na conquista e na defesa de mais direitos políticos para toda a população LGBT, para as mulheres e para os imigrantes. É fundamental que todos estes protagonistas do debate e da mudança conheçam e tenham um interlocutor no Secretariado Nacional do PS. Se esta candidatura e esta moção merecerem a confiança da maioria dos militantes do PS, haverá um Secretário Nacional para os Movimentos Sociais.

A Europa é connosco. A participação partidária em termos europeus deve ser consolidada e modernizada. Se é evidente que muitas das respostas da esquerda democrática só encontram escala ao nível europeu, e que no futuro as eleições europeias terão cada vez mais importância, então o Partido Socialista Europeu terá de estar

no centro da nossa acção política. Os socialistas portugueses no Parlamento Europeu deverão ganhar responsabilidades acrescidas na estrutura e na agenda do PS, sendo de considerar, em articulação com os nossos eleitos, a organização anual de uma conferência europeia. Os deputados europeus do PS deverão ainda participar regularmente nas reuniões do Grupo Parlamentar do partido na Assembleia da República.

Devemos lutar por reforçar a nossa influência junto do Partido Socialista Europeu e não devemos reduzir a nossa presença apenas à participação indirecta do Departamento Internacional do PS ou dos nossos eurodeputados. O Partido Socialista Europeu criou os PES Activists para reforçar a militância directa dos socialistas de todos os países. Este espaço não tem sido suficientemente valorizado entre nós. Chegou a hora dos socialistas portugueses darem o seu contributo para o reforço da militância socialista europeia, condição de uma cidadania europeia de progresso.

Territórios PS. A organização do PS em torno das secções de residência, das secções temáticas e de acção sectorial poderá ter de sofrer mudanças em função de novos modelos de organização administrativa mas também em função de novos temas e interesses protagonizados pelos militantes e motivados pela sociedade.

É fundamental reforçar a proximidade do Secretariado Nacional às estruturas de base do PS. Para tal, será dedicado um fim-de-semana do ano a cada estrutura federativa que necessariamente inclua uma reunião entre as direcções regionais e distritais e a direcção nacional, como também visitas sectoriais aos municípios dessas regiões e distritos. Esta iniciativa começará já este Verão na Madeira, com uma visita do Secretário-Geral eleito. Será uma acção que reforçará o apoio às causas e às propostas do PS na Madeira e que simbolizará a nossa aposta nas eleições regionais de 2011 (Madeira) e 2012 (Açores) e nas autárquicas de 2013.

Estruturas socialistas. Os partidos nem sempre têm tratado a juventude da melhor maneira e com as abordagens mais adequadas. O próximo líder do PS deve reforçar o reconhecimento da intervenção da **Juventude Socialista**. Em particular deverá incentivar, em parceria com a **Juventude Socialista**, a produção de um livro branco sobre atitudes dos jovens e políticas de juventude, que possa servir de base a uma estratégia sustentada de reaproximação do PS aos sectores mais dinâmicos e qualificados do país, necessidade que se tornou especialmente evidente após os resultados do último acto eleitoral.

Por outro lado, o PS deverá participar na organização anual de uma iniciativa política, cultural e social que articule formação, socialização e convívio, alargada a militantes e simpatizantes de todas as gerações. A rede social que o PS pretende reforçar terá nesta iniciativa uma oportunidade de mostrar o seu trabalho, os seus resultados e as suas propostas.

As **Mulheres Socialistas** também deverão merecer outro destaque da parte do PS. Esta moção de estratégia defende um **Secretariado Nacional com o mesmo número de mulheres e de homens**, bem como um funcionamento do PS mais adequado à conciliação entre a participação política e a vida familiar para homens e mulheres. Neste sentido, o departamento das Mulheres Socialistas merecerá todo o apoio para continuar a crescer e a reforçar a sua participação na vida do PS.

A **Associação Nacional de Autarcas do Partido Socialista** é fundamental para preparar as próximas eleições autárquicas. Mudanças na Lei eleitoral autárquica com executivos homogéneos, assembleias municipais com poderes reforçados, possíveis alterações no número de freguesias, muitos autarcas a atingir o limite de mandatos, possíveis acordos políticos – são mudanças que implicam uma preparação rigorosa e atempada das autárquicas pelo PS. Em todos estes momentos a ANAPS é imprescindível na formação dos escolhidos. A Associação deverá ser a base de apoio a todos os que se vêm envolvidos nestas eleições. Deveremos ser capazes de organizar, em conjunto com ela, um gabinete de apoio jurídico. Deveremos ser capazes de construir, numa iniciativa conjunta da ANAPS e da Fundação Res Publica, que também tem intervenção em matéria de poder local, um verdadeiro e participado manifesto eleitoral autárquico que sirva de referência aos candidatos do Partido Socialista.

9. Eleições regionais e autárquicas

O PS é o partido das autonomias regionais, do municipalismo e da descentralização do Estado. A reforma da organização administrativa do Estado está hoje na ordem do dia, e o PS deve liderar este debate na sociedade portuguesa. Queremos um Estado forte, mas eficiente e ao serviço dos cidadãos. Por isso, devemos afirmar a qualidade das autonomias regionais, a força do poder local democrático e promover a reorganização da administração periférica do Estado, de forma a abrir caminho à existência de condições para a instituição em concreto de regiões administrativas.

O PS honrará os compromissos assinados no memorando de entendimento com a “troika”, mas deve sempre tendo em consideração a necessária coesão territorial e solidariedade nacional para com as autonomias regionais. O Governo da direita não contará com o PS para revisões constitucionais que diminuam as autonomias locais ou regionais.

As eleições para a **Região Autónoma da Madeira**, em Outubro deste ano, são o mais próximo desafio eleitoral do PS. Com a aprovação desta moção global de estratégia, o Secretariado Nacional fica comprometido com o apoio e o reforço dos recursos necessários para que o PS Madeira tenha um grande resultado. O PS Madeira só conseguirá afirmar-se como alternativa se o PS a nível nacional respeitar a sua autonomia política e estratégica e reforçar as suas propostas no plano nacional.

Os últimos anos foram marcados por episódios e desentendimentos que resultaram num dos piores resultados da história do PS na Região da Madeira. Agora é tempo de virar a página e de afirmar o PS como uma alternativa de Governo na Madeira. O PSD tem demonstrado incapacidade de renovação e o seu modelo de Governo apresenta evidentes sinais de cansaço e desgaste. O PS Madeira deve demonstrar que tem soluções capazes de dar um novo rumo à Região.

O PS deve continuar a pressionar o PSD e o CDS-PP para acabar com a inadmissível excepção da Madeira no que diz respeito à limitação de mandatos para Presidente do Governo Regional. As contradições evidentes entre um modelo de gestão financeira da Região da Madeira e as aparentes preocupações do novo Governo do PSD no Continente devem ser claramente denunciadas. O desrespeito pelas mais elementares regras da vida democrática não encontrará tolerância por parte do PS.

A Madeira deve merecer a primeira visita do novo Secretário-Geral num acompanhamento permanente até às eleições de Outubro. Colocar a Madeira no centro da discussão política nacional é nossa obrigação.

As eleições para a **Região Autónoma dos Açores** ocorrerão em 2012. O Governo Regional, liderado de forma competente pelo nosso camarada Carlos César, tem conseguido aliar equilíbrio nas finanças regionais com políticas sociais e de emprego, tornando os Açores um caso de sucesso de governação socialista.

Esta moção apoia o projecto político do PS Açores e acredita que teremos uma nova vitória nas Regionais de 2012. Para tal, assumimos o compromisso com o PS Açores de apoiar a manutenção das autonomias expressas no Estatuto Político-Administrativo da Região, de apoiar o actual enquadramento na Lei de Finanças Regionais e de defender as actuais competências do Estado na Região, em especial, no que diz respeito a investimentos estruturantes ou na manutenção do canal público regional de televisão, a RTP Açores. O PS compromete-se, igualmente, a lutar pela salvaguarda autonómica de serviços públicos como são os casos do tarifário energético e do transporte aéreo.

Em 2013, teremos as **eleições autárquicas**. O PS pretende encontrar os consensos necessários para rever a lei eleitoral autárquica ainda a tempo dessas eleições. Como dissemos atrás, defendemos executivos homogéneos fiscalizados por assembleias municipais com poderes reforçados. Em paralelo, sabemos que temos muitos presidentes de câmara e de juntas de freguesia sem possibilidade de se recandidatar por limite de mandatos. Estas mudanças obrigam-nos a uma preparação mais atenta e atempada.

Entendemos que o PS deve tomar a iniciativa e a liderança neste

processo de mudança autárquica, que pode retirar à direita a maioria das câmaras municipais do país. Nesse sentido, terão o apoio da direcção nacional do Partido Socialista todos os contactos realizados ao nível autárquico com vista à constituição de soluções eleitorais que alarguem o espaço de representação do PS e favoreçam condições de governabilidade à esquerda no poder local. O PS assumirá as suas responsabilidades, assim saibam todos assumir as suas.

Até Janeiro de 2013 as escolhas de candidatos a presidentes de câmara deverão estar definidas e concluídas. O nosso objectivo político é claro e ambicioso: ganhar, de forma inequívoca, as eleições autárquicas de 2013, obtendo o maior número de presidências de câmara do país e ganhando mais de metade das capitais de distrito do país. Queremos ganhar a Presidência da Associação Nacional de Municípios e a Presidência da Associação Nacional de Freguesias. Estas metas ambiciosas que nos propomos requerem preparação atempada: por isso propomos a organização de uma Convenção Autárquica no segundo semestre de 2012.

Dada a sua importância para o normal funcionamento do processo eleitoral, o "Acção Socialista" reproduz a circular que o presidente da COC enviará brevemente para todas as estruturas do PS.

CIRCULAR COC XVIII CONGRESSO NACIONAL 2011

Procedimentos Eleitorais / Dia da votação Lisboa, 4 de Julho de 2011

No âmbito do processo eleitoral em curso para a eleição do Secretário-Geral e Delegados ao XVIII Congresso Nacional, nomeadamente no que concerne aos procedimentos eleitorais a ter em conta no dia da eleição destaca-se:

1. As listas de candidatos a delegados ao XVIII Congresso Nacional do PS, devem respeitar a Lei da Paridade, nos termos da Lei Orgânica 3/2006, de 21 de Agosto. Importa referir que a paridade deve ser respeitada de forma contínua, ou seja, as listas apresentadas não podem conter mais de dois candidatos do mesmo sexo colocados, consecutivamente, na ordenação da lista.
2. Todos os candidatos a delegados ao XVIII Congresso Nacional devem no momento da apresentação das listas ter a sua quotização devidamente regularizada. Caso contrário, tem o prazo de 48 horas para sanar a irregularidade, sob pena de serem rejeitados.
3. As listas de candidatos a delegados são compostas por um número de efectivos correspondentes ao número de Delegados elegíveis pela respectiva Secção e por, pelo menos, metade mais um de candidatos suplentes, conforme exemplo que se segue:

1 Delegado Efectivo	1 Delegado Suplente
3 Delegados Efectivos	2 Delegados Suplentes
5 Delegados Efectivos	3 Delegados Suplentes
4. Todas as listas de candidatos a delegados ao XVIII Congresso devem estar devidamente afixadas nos locais de estilo para que o militante eleitor possa consultar antes de exercer o seu direito de voto.
5. Só podem exercer o seu direito de voto os militantes com a quota regularizada (1º semestre de 2011) e que constem nos cadernos eleitorais enviados pelo Secretariado Nacional às mesas eleitorais das Secções.
6. No decorrer do acto eleitoral podem ser apresentadas reclamações ou protestos de militantes eleitores/delegados das listas/membros de mesa, relativos a um qualquer procedimento decorrente do acto da votação, apresentados por escrito á mesa, lavrados em acta e apensos à mesma.
7. Todo e qualquer esclarecimento/informação/colaboração no dia da votação, deve ser solicitado à Sede Nacional através dos seguintes contactos:

COC - Comissão Organizadora do Congresso:
Ana Margarida Soares - 21 382 20 25

Departamento de Quotização:
Fernanda Capela e Ana Machado - 21 382 20 66 / 21 382 20 10.

Departamento Nacional de Dados
António Pacheco / Paula Gomes - 21 382 20 34 / 21 382 20 96

Gabinete do SNO
Dra. Ana Almeida, Dra. Isabel Meirinho - 21 382 20 91

Estarei disponível para qualquer esclarecimento a esta circular, bem como, desde já, informo que a COC estará a todo o tempo na Sede Nacional a acompanhar o desenrolar do acto eleitoral de 22 e 23 de Julho.

Bom trabalho.

Saudações Socialistas,

Joaquim Raposo
Presidente da COC do XVII Congresso Nacional

PRINCIPAIS DATAS ATÉ AO XVIII CONGRESSO NACIONAL

Dia 27 de Junho	Envio para todas as Secções dos Cadernos Eleitorais Definitivos e Mapa de Quotização
Dia 6 de Julho	CONVOCATÓRIA - Envio pela COC a todos os militantes da Convocatória para o acto eleitoral
Dia 12 de Julho	Último dia para a apresentação das Listas de Candidatos a Delegados
Dia 18 de Julho	Envio para Secções do mapa actualizado da quotização
Dia 22 e 23 de Julho	Eleição para Secretário-Geral e Delegados ao Congresso
Dia 26 de Julho	Último dia para a entrega na COC do Processo Eleitoral das Secções
Dia 29 de Julho	Reunião da COC para Validação dos Resultados Eleitorais
Dia 9, 10 e 11 de Setembro	CONGRESSO NACIONAL